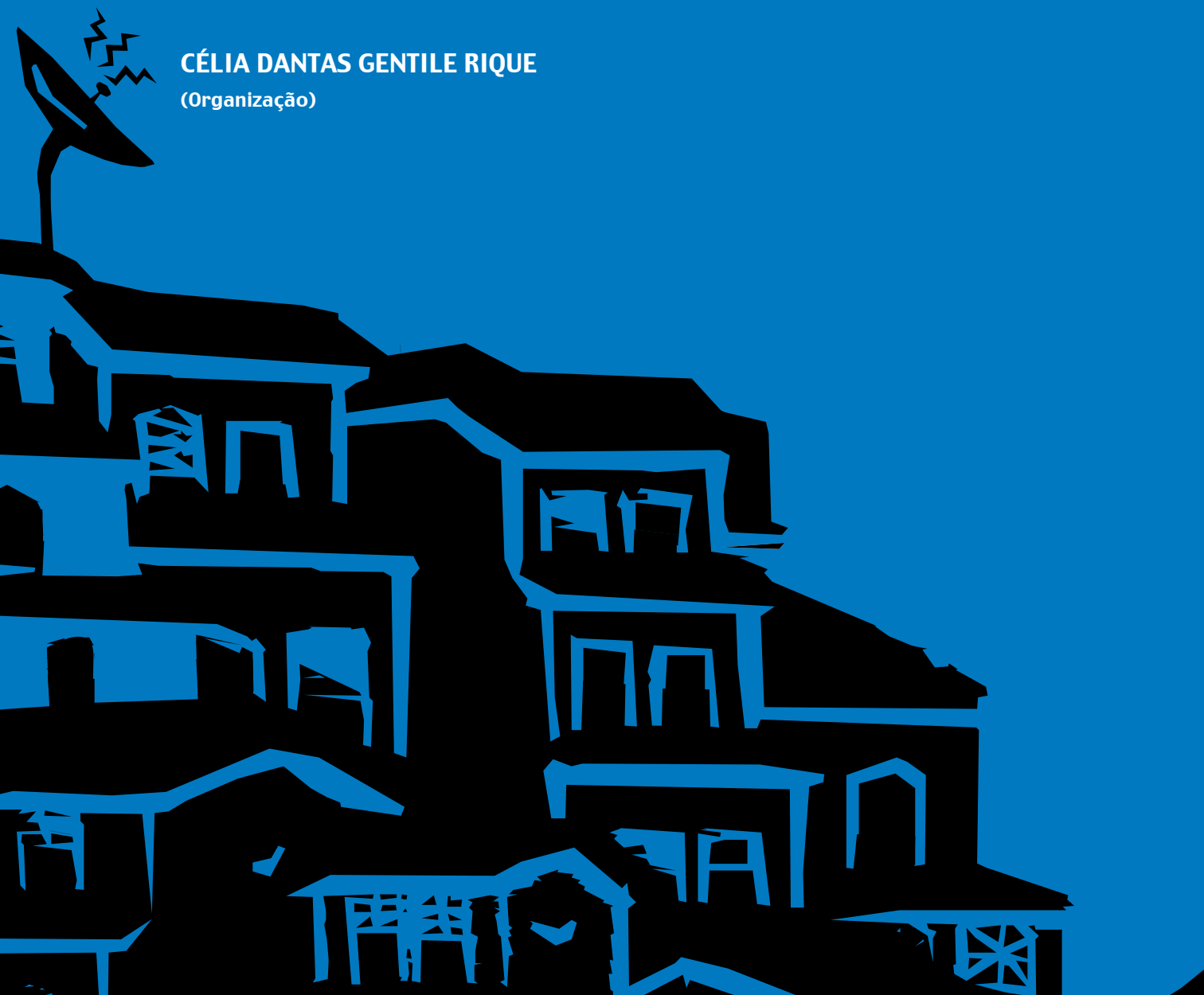


# RÁDIOS COMUNITÁRIAS:

AVANÇOS OU NEGAÇÃO  
DO DIREITO HUMANO À COMUNICAÇÃO?

CADERNO 4

CÉLIA DANTAS GENTILE RIQUE  
(Organização)



**Coordenação do projeto e pesquisa**

Edna Jatobá

**Assistente de pesquisa**

Bruno França de Souza

Estagiária de campo

Mariana Karilena Moura

**Estagiário(a) do Programa Educação para Cidadania**

Bruno França de Souza

Kelly Regina Santos da Silva

**Jovens pesquisadores(as)**

Diego Lima dos Santos, Boa Viagem

Geysonstone dos Santos, Brasília Teimosa

Crislene Cristina Elias da Silva, Brasilit

Joel Ricardo da Luz, Brasilit

Lucas Daniel da Cruz Silva, Brasilit

Renato Cristian Lima da Silva, Brasilit

Tatiane Cristian Silva de Lima, Brasilit

Alexandro José da Silva, Ibura

Daniel Moura, Ibura

Francisco dos Santos, Ibura

Dejeânia Antônia Silva, Pina

Willian Jefferson da Silva, Pina

Daniel Alves de Arantes, Santo Amaro

Jamerson Lopes Praxedes, Santo Amaro

Reginaldo Aprígio da Silva

**Parceria**

Auçuba Comunicação e Educação

**Facilitadores**

Ana Paula Ferreira de Souza

Rogério Bezerra

---

Caderno de Educação para a Cidadania, n.º 4

R129 Rádios comunitárias: avanços ou negação do direito humano à comunicação?

/ Organização: Célia Rique Gentile Dantas.\_ Recife: Gajop, 2010.

(Caderno de Educação para a Cidadania, 4).

1. Radiodifusão comunitária - Aspectos sociais - Pernambuco. 2.  
Radiodifusão - Legislação - Brasil. I. Título: Avanços ou negação do  
direito humano à comunicação?

CDD 302.3440983134

# RÁDIOS COMUNITÁRIAS:

AVANÇOS OU NEGAÇÃO  
DO DIREITO HUMANO À COMUNICAÇÃO?

CÉLIA DANTAS GENTILE RIQUE  
(Organização)

EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA





## **CAPÍTULO 1: Levantamento de Rádios Comunitárias: os atores dessa produção de conhecimento, formação, processo e resultados da pesquisa**

1 OS ATORES: jovens produtores de informações sobre as rádios comunitárias.....	16
1.1 Agentes da pesquisa .....	16
1.2 Formação dos jovens: atores da produção de conhecimento sobre comunicação comunitária .....	18

## **CAPÍTULO 2: LEVANTAMENTO DAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS NOS BAIRROS: processo e resultados**

2.1 Metodologia da pesquisa .....	26
2.1.1 Reconhecimento do campo .....	26
2.1.2 Escolha dos instrumentos .....	27
2.2 Descrição dos dados .....	28
Considerações finais e recomendações .....	42
Referências .....	46

## **CAPÍTULO 3: Comunicação Comunitária em Debate**

A Vivência em Conceição das Crioulas na Construção de uma Rádio Comunitária – Gustavo Magnata .....	50
O Direito Humano à Comunicação e as Rádios Comunitárias – Ivan Moraes Filho .....	57
A Comunicação além das Tecnologias – Aline Lucena .....	64



## APRESENTAÇÃO

Esta publicação do Caderno 4 – Rádios Comunitárias: avanços ou negação do direito humano à comunicação? – refere-se ao tema da Comunicação e suas implicações para a ação educativa em direitos humanos, proposta pelo Programa de Educação para a Cidadania, por meio da intervenção Rede Solidária de Defesa Social nos territórios populares da cidade do Recife, locais onde incidem os maiores índices de violência contra o segmento da população jovem.

O estudo revela-se como um mote para inúmeras descobertas, para a questão específica de rádios comunitárias que, mesmo vistas como importante vetor de comunicação, apesar de sua vocação para estarem tão perto da população que habita as comunidades, muitas vezes permanecem tão longe do alcance de muitas delas! Nesse sentido, fica evidente o interesse manifesto pelos líderes comunitários, constituídos por grupos jovens e adultos, de conhecer esse universo das rádios existentes em sua localidade, tendo em vista a negociação de ações conjuntas com o movimento popular que venham favorecer especialmente aquelas ações voltadas para o fortalecimento da luta pela prevenção à violência.

Entretanto, o estudo, para além da realidade empírica da existência e das condições do funcionamento no cotidiano das rádios comunitárias, sugere outros desdobramentos do tema da Comunicação Comunitária, contextualizada numa conjuntura marcada por profundos conflitos. A realidade - vista na imediatidade das limitações burocráticas e legais impostas às rádios comunitárias como meios de comunicação e distribuição de informações à comunidade - remete ao pensamento crítico contra a violência política exercida pelos meios dominantes de comunicação e nos desafia à busca de uma cultura política.

Nessa perspectiva, a educação política do povo, capaz de afirmar sua voz no cenário político brasileiro, é condição para superação dos domínios oligarcas de apropriação do espaço público de comunicação, de posse quase exclusiva dos empresários de rádio e de televisão no país. Portanto, a conquista da plenitude da vida democrática no país passa pela luta do povo para o direito humano à comunicação que se traduza na urgente regulamentação dos artigos 220, 221, 222 e 223 do Capítulo V da Constituição Federal – 1988, que trata da Comunicação Social. Vivendo numa espécie de “limbo legislativo”,

a comunicação acaba sendo quase exclusivamente regulada pelos interesses do mercado, deixando a maior parte da população excluída desse direito.

Compartilhamos o resultado deste estudo e as reflexões que reúnem sobre comunicação comunitária com os jovens que, pela criatividade e espírito empreendedor, têm demonstrado capacidade de renovação das lutas da sociedade civil na construção de um mundo justo. Sem dúvida, desejamos ampliar este debate com as entidades que se afirmam como luta por direitos, especialmente aquelas que incluem na sua agenda política ações de comunicação social, consideradas estratégicas para a inclusão da juventude nos processos de aprendizado da participação, condição para que os jovens possam exercer sua cidadania em face dos desafios colocados à efetivação da democracia

Agradecemos à Coordenadoria Ecumênica de Serviços (Cese) o apoio financeiro dado para desenvolver as atividades educativas voltadas para a comunicação comunitária e à Misereor, a possibilidade de realizar este estudo sobre rádios comunitárias nos bairros da cidade do Recife. Com a parceria estabelecida com essas duas organizações, conseguimos concretizar a formação dos jovens, a pesquisa e esta publicação. Esperamos que este debate amplie as expectativas das intervenções educativas voltadas para afirmação do papel social da rádio comunitária como um bem público, ampliando os significados da luta pelos Direitos Humanos à Comunicação para construção da cidadania no país.

*Célia Dantas Gentile Rique*

COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA



## INTRODUÇÃO

Desde 2003, ocasião da implantação da proposta educativa da Rede Solidária de Defesa Social (RSDS), voltada para o reforço da capacidade organizativa dos líderes comunitários, o espaço do Fórum Comunitário de Prevenção à Violência mobilizava também alguns integrantes de rádios comunitárias no processo de decisão coletiva. Já naquele momento, havia o reconhecimento das possibilidades que esses agentes de comunicação poderiam oferecer às intervenções na vida política do bairro. Contudo, somente no fim de 2008, por ocasião da última reunião de avaliação anual da RSDS, os líderes comunitários apontaram a necessidade de apropriação das informações sobre as rádios locais e, a partir daí, empreender esforços para o envolvimento desse veículo de comunicação nas intervenções da comunidade em defesa dos direitos dos cidadãos.

Ainda em reconhecimento do trabalho realizado pelos grupos jovens locais que já haviam sido iniciados numa formação sistemática no campo da Comunicação Social, ganha força a proposta de que o levantamento pudesse ser conduzido pelos representantes da juventude dos bairros.

Para realização desse compromisso coletivo, o levantamento tem o objetivo de obter informações sobre o número de rádios comunitárias existentes, quais são, como funcionam e qual o papel que exercem na dinâmica comunitária. Além da obtenção desse perfil, apresenta informações coletadas entre os líderes, possibilitando o debate sobre as perspectivas de intervenção conjunta dos diversos atores no âmbito dos objetivos da RSDS, uma vez que esse veículo poderá constituir um instrumento potencializador das estratégias de prevenção à violência como direito à vida segura e digna.

A primeira parte deste Caderno apresenta o estudo *Levantamento de Rádios Comunitárias: os atores dessa produção de conhecimento e sua formação, o processo e os resultados da pesquisa*, realizado sob a coordenação do Programa de Educação para a Cidadania do Gajop. Como projeto político-pedagógico, o engajamento dos jovens nesta proposta de estudo não poderia dar-se apenas como meros preenchedores de questionários, uma vez que se tem como pressuposto para o fortalecimento e a autonomia da representação do movimento jovem nos bairros sua integração ao processo político de comunicação comunitária. Muito oportunamente, este estudo sobre as rádios justifica-se

pela possibilidade de participar dos rumos desses veículos que já se exercem como um instrumento poderoso de comunicação entre uma parte significativa da população local.

Nesse sentido, inicialmente, recupera-se a formação dos jovens como produtores de informação sobre o lugar ocupado pelas rádios na vida da comunidade; em seguida, apresenta-se o processo, a produção e os resultados que dão corpo a este levantamento.

Considerando a atual conjuntura política nacional, marcada pelos conflitos que revelam a busca de sentidos por uma comunicação democrática, a segunda parte desta publicação – *Comunicação Comunitária em Debate* – traz a contribuição de três artigos para enriquecer a discussão sobre esse amplo problema nacional, exemplificada a partir da realidade dos bairros do Recife.

No primeiro artigo – *A Vivência em Conceição das Crioulas na Construção de uma Rádio Comunitária* –, Gustavo Magnata, analisando experiências distintas sobre essa temática, contrasta as iniciativas da realidade na capital do Estado de Pernambuco com aquelas interioranas, promovidas por Populações Tradicionais, identificando alguns pontos convergentes e divergentes. Nesse sentido, destaca ser comum às duas realidades a luta pelo resgate identitário, cultural e de fomento à estruturação de suas organizações, bem como a emergência de um debate sobre Direito Humano à Comunicação.

Entretanto, tendo como “pano de fundo” o cenário de profunda exclusão vivenciado por esses grupos sociais, as particularidades da experiência de constituição e implementação da rádio comunitária, proposta pela Comunidade Quilombola, referem-se às lutas por afirmação de direitos específicos, como Povos Tradicionais marcados pela disputa secular da posse e do uso da terra para garantia de sua sobrevivência.

É nesse contexto de busca pela emancipação e autonomia de um povo que o texto destaca a experiência da Juventude Quilombola, ator social fundamental desse processo organizativo pelo direito de se comunicar, cujo desdobramento deu lugar ao projeto de criação da rádio comunitária local e o encaminhamento do pedido de concessão pública de seu funcionamento legal.

O debate em foco traz, como segundo artigo, *O Direito Humano à Comunicação e as Rádios Comunitárias* de Ivan Moraes Filho. Sua abordagem do tema parte da concepção – cada vez mais abrangente tanto no plano nacional como no internacional – de que a comunicação é inerente à condição humana. Nessa perspectiva, o direito humano à comunicação se explicitaria nas dimensões de universalidade, inter-relação e

indivisibilidade de direitos; por conseguinte, visto em sua interdependência de outros direitos humanos já conquistados pela sociedade. O autor indaga: quais são as condições de acesso ao direito social e político da comunicação? Respalhando-se no artigo XIX da Declaração Universal de Direitos Humanos (1948), até hoje o debate sobre liberdade de opinião, de expressão, de imprensa e informação continua na pauta política em defesa dos indivíduos e das sociedades. Entretanto, como os problemas de violação estão além dos governos totalitários, a Organização dos Estados Americanos (OEA) criou uma carta de princípios básicos na qual estabelece que o Estado é obrigado a garantir ao indivíduo o exercício do direito à informação – Princípio 4.

A democracia exige o estabelecimento de mecanismos de proteção à liberdade de expressão contra a ação dos monopólios e oligopólios que impedem parte significativa da sociedade de participar dos meios de comunicação de massa como espaços públicos de diálogo. Nesse sentido, em face da inexistente política pública capaz de fazer valer os direitos à comunicação de todos os brasileiros, Ivan Moraes nos desafia a refletir sobre a questão fundamental: como elaborar e implementar políticas de Estado para uma parcela invisível da população?

O terceiro artigo – *A Comunicação além das Tecnologias* –, de autoria da professora Aline Lucena, trata do processo de comunicação e a dialética entre sua dimensão humanista e instrumental/técnica para situar o modelo de comunicação que se fez prevalecente no país. Com uma ampla discussão conceitual a respeito de como o processo de comunicação é considerado uma das bases estruturantes da sociedade, fica evidenciado que a forma como se dá a relação entre os indivíduos tem implicação no processo de transformação social.

No entanto, em nossa realidade, os marcos do projeto de expansão e dominação capitalista confronta-se com o ideal de encontro com o outro (individual e coletivo), resultando em um processo de interação social definido pela negação seletiva da palavra. Negar a palavra é a forma mais comum e mais contundente de negar a comunicação; portanto, é negar a condição para o ser humano socializar-se, edificar culturas, promover o desenvolvimento econômico e político.

Outra questão de fundo trazida pela autora ao abordar a dimensão humanista da comunicação livre e diversa apoiada no diálogo e no pensar crítico, é sua inter-relação com a educação pela importância conferida ao ideal de emancipação individual e coletiva. Nessa perspectiva, o texto finaliza esse debate conceitual com a afirmativa de

que, por um lado, a comunicação supõe a adesão de valores de liberdade e igualdade dos indivíduos, e de outro, a busca de uma ordem democrática.

Nesse marco teórico ideológico é que a autora situa o problema da radiodifusão que, diferentemente de um simples veículo de informação e entretenimento, tem como questão de fundo o objetivo de sua criação e aplicabilidade, ou mais precisamente, seu entendimento como um aparato da vida pública. Nesse sentido, o texto afirma a necessidade de aprofundar o debate científico e político sobre a relação entre os modelos de desenvolvimento da comunicação empreendidos pela modernidade e as possibilidades emancipadoras ou repressoras para a humanidade.

De modo particular, as rádios comunitárias têm um papel fundador no processo de lutas por mídias emancipadoras, apesar das limitações impostas pelo marco regulatório de sua estruturação e funcionamento, bem como a burocratização para exploração como meio de comunicação ou de distribuição de informações às comunidades. Entretanto, ao finalizar sua discussão, a autora nos deixa uma grande provocação com a afirmativa de que a comunicação é também uma das frágeis aquisições do movimento de emancipação, uma vez que seu progresso caminha ao lado do combate à luta pela liberdade, pelos direitos humanos e pela democracia.





# CAPÍTULO 1

## O LEVANTAMENTO DE RÁDIOS COMUNITÁRIAS:

Os atores dessa produção de conhecimento e a sua formação , o processo e os resultados da pesquisa.

O planejamento da atividade do levantamento de rádios comunitárias, para atender ao interesse expresso pela comunidade de suprir a demanda por informações sobre as rádios locais teria, como primeira questão a ser encaminhada, a capacitação dos grupos jovens dos bairros - atores de reconhecida legitimidade pelos líderes locais como os agentes dessa produção de conhecimento. Assim, a formação básica para as tarefas da pesquisa está inclusa numa ampla proposta educativa no campo da comunicação comunitária<sup>1</sup>, com o entendimento de que a informação e a comunicação possibilitam a interação das pessoas e são capazes de promover a luta por uma emancipação justa na sua diversidade cultural.

Espera-se que esta proposta educativa de Comunicação Comunitária influencie positivamente a ação dos jovens - sujeitos de direitos e protagonistas do seu presente - com vista à sua perspectiva de vida, contribuindo com a ampliação de sua capacidade organizativa, mobilizadora, propositiva para participação e intervenção nos espaços públicos na busca por melhorias na qualidade de sua vida e de sua comunidade. Entretanto, de forma específica, os jovens, ao serem introduzidos no universo das rádios comunitárias, poderão ser despertados a integrar esses projetos ou, até mesmo, construir rádios em sua localidade de origem. De fato, o levantamento seria uma segunda etapa desse processo de construção e do debate sobre comunicação comunitária.

Nessa perspectiva, o projeto de formação está sendo entendido como parte da estratégia de enfrentamento da exclusão social de amplos segmentos da juventude e constitui elemento fundamental da estratégia de inclusão da população nos processos de participação social, favorecendo as condições para que os jovens possam exercer a cidadania no contexto da vida moderna.

## **1.1 AGENTES DA PESQUISA**

O grupo da pesquisa foi de 14 jovens, na sua maioria 11 meninos, e 3 meninas. No que concerne à autoafirmação, no quesito raça/cor, observa-se que 9 jovens se reconhecem como negros, ficando 4 identificados como pardos e 1 como amarelo (Tabela 1).

<sup>1</sup> O processo de formação de modo sistemático por meio do Curso sobre Comunicação Social, encontros de jovens e de oficinas temáticas sobre instrumentos e mecanismos de comunicação, realizado desde 2006 com apoio da Coordenadoria Ecumênica de Serviços (Cese) e da Misereor, envolvendo parceria com o Centro de Cultura Luis Freire (CCLF), a ONG Sinos – Organização para o Desenvolvimento da Comunicação Social e também com a Auçuba.



**Tabela 1 – Perfil dos jovens participantes**

BAIRROS	NÚMERO DE JOVENS	SEXO		RAÇA/COR			
		FEMININO	MASCULINO	BRANCA	NEGRA	PARDA	OUTRAS
Santo Amaro	2	-	2	-	1	1	-
Pina	2	1	1	-	2	-	-
Boa Viagem	1	-	1	-	1	-	-
Ibura	3	-	3	-	2	1	-
Brasilit	5	2	3	-	2	2	1
Brasília Teimosa	1	-	1	-	1	-	-
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>3</b>	<b>11</b>	<b>-</b>	<b>9</b>	<b>4</b>	<b>1</b>

A faixa etária incluída no processo é de 15 a 29 anos conforme a Tabela 2.

**Tabela 2 – Faixa etária dos jovens participantes**

IDADE	15-16	17-18	19-29
Número de jovens	6	5	3

No tocante à escolaridade, os jovens cursam o Ensino Fundamental e o Ensino Médio e três têm Ensino Médio completo (Tabela 3):

**Tabela 3 – Escolaridade dos jovens participantes**

ESCOLARIDADE	ENSINO FUNDAMENTAL (CURSAM)	ENSINO MÉDIO (CURSAM)	ENSINO MÉDIO COMPLETO
<b>NÚMERO DE JOVENS</b>	<b>6</b>	<b>5</b>	<b>3</b>

Ainda vale ressaltar que os jovens estão ligados a diversas formas de organização social, sendo elas, fóruns, redes, grupos comunitários, além da participação em conferências de políticas públicas. De modo especial, destaca-se sua integração à luta pela implantação e realização de Conferência de Comunicação realizada pela primeira vez na história do país. Mais precisamente, os jovens têm atuação efetiva na vida política da comunidade e na cidade. Isso contribui para que o processo de formação

e seu engajamento no levantamento, objeto desta publicação, constituam elementos de motivação para que eles reforcem as lutas do movimento popular pela garantia dos direitos humanos e, ainda, na luta pelo direito humano à comunicação.

## **1.2 Formação dos jovens: atores da produção de conhecimento sobre comunicação comunitária**

Tendo em vista a potencialidade das rádios comunitárias na difusão de informações que resultem no fortalecimento das ações voltadas para a prevenção à violência, tornava-se fundamental empreender esforços capazes de garantir o envolvimento desses agentes comunicadores em futuras intervenções na comunidade.

É verdade que havia a necessidade urgente de suprir informações sobre as rádios locais na demanda de numerar quantas existem em cada bairro, como funcionam e qual seu papel na dinâmica social da vida comunitária. Sobretudo, a intenção é produzir conhecimento no campo da comunicação comunitária, mediante uma formação básica que permita introduzir os representantes dos grupos de jovens também nesse universo das rádios comunitárias.

O Gajop busca parceria com a ONG Auçuba,<sup>2</sup> que define o projeto de formação, para a realização de oficinas pedagógicas sobre rádios comunitárias destinadas aos jovens integrantes da Rede Solidária de Defesa Social, com o objetivo de trabalhar conceitos sobre comunicação comunitária e despertar nesses jovens o interesse para integrarem projetos existentes, ou mesmo virem a construir rádios em sua comunidade.

Para alcançar o objetivo proposto, é imprescindível entender o universo das rádios, seja ela comunitária, seja não comunitária, perceber em que contexto elas surgiram desde sua invenção aos primeiros experimentos, transmissão em longa escala, sua utilização, “para quê?”, “para quem?”, e suas transformações tecnológicas até os dias de hoje.

<sup>2</sup> A Auçuba– Comunicação e Educação, organização não governamental, cuja ação prioritariamente é a promoção e defesa dos direitos de crianças, adolescentes e jovens. Fundada em março de 1989, é a primeira organização em Pernambuco a trabalhar o tema comunicação como proposta sociopedagógica de ensino-aprendizagem.

Seguindo o raciocínio acima, a proposta de formação do curso privilegiou discutir politicamente o universo das rádios no campo da Comunicação e, em seguida, traçar o caminho que chegasse à construção de um instrumento que apontasse a viabilidade ou a intenção dos responsáveis pelas rádios em compartilhar o interesse de se constituírem como aliados da proposta educativa de prevenção à violência, desenvolvida nos bairros integrantes da RSDS.

A formação política visou desmistificar o espectro de mundo que os grandes conglomerados de mídia empregam para perpetuar seu monopólio, e também as distorções existentes no universo das rádios comunitárias. Evidenciou-se o rádio como um bem público, reforçando sua importância, principalmente das rádios comunitárias para a democratização e a realização do direito humano à comunicação, do seu potencial pedagógico, filosófico e mobilizador para as causas sociais.

Partindo da máxima de que o rádio é um bem público, tratamos do assunto de modo que a formação estimulasse nos jovens a reflexão sobre o sentimento de pertencimento à comunidade, para despertar a capacidade de reivindicar a apropriação dessa ferramenta para o bem comum, ferramenta estratégica no movimento de reivindicação de direitos, de formação e informação.

Com base nesse enfoque, e tomando ciência disso, as discussões dos jovens foram cada vez mais aprofundadas sobre a importância de uma intervenção propositiva no sentido de mudança; diferentemente da postura assumida exclusivamente como pedintes de música, ouvintes ou participantes de promoções ofertadas pela rádio, mas sim como sujeitos ativos capazes de ocupar esse espaço sugerindo algo diferente do que está posto, algo dinâmico, que dialogue com sua realidade, sobretudo a realidade da comunidade onde vivem. Essa proposta de formação, em parceria com a Auçuba, foi realizada com base na estrutura programática e com a dinâmica metodológica, segundo informações que se seguem.

**a) Estrutura e o conteúdo do curso** – a formação teve 24 horas/aula, organizada em seis encontros. Inicialmente destinada a 18 jovens, representantes de cinco bairros, efetivamente contou em média com 13 participantes por oficina. Os conteúdos foram trabalhados conforme os temas que se seguem.

- **História da rádio comunitária** – sua origem, de rádios livres até os dias de hoje. Nivelamento de informações.

- **Missão das rádios comunitárias** – função social, sua participação na democratização da comunicação, seu caráter público. Uma programação sintonizada com os interesses, a cultura e problemática local. Contextualizar as rádios no universo da comunicação comunitária.
- **Papel das rádios comunitárias** – sua contribuição para o desenvolvimento social e a construção da cidadania. Possibilitar a reflexão sobre as distorções existentes - rádio comunitária para quê? Para quem?
- **Legislação e código de ética das rádios comunitárias** – seu caráter ideológico, os aspectos que caracterizam uma rádio propriamente comunitária. Refletir sobre as contradições - os limites impostos e os avanços conquistados no Brasil.
- **Material de apoio: vídeos** – Rádios comunitárias não é crime; História do rádio no Brasil; Conhecendo uma rádio comunitária; Rádios comunitárias piratas?; Democratização FM.

**b) Dinâmicas metodológicas** – antecipando o trabalho sobre os temas programados, a ação educativa desenvolve atividades voltadas para a integração dos participantes introduzindo os jovens na discussão sobre o cronograma geral dos encontros, os conteúdos programados e o tempo de duração das oficinas. Também se discutiram as regras do acordo de convivência do grupo, referidas à organização dos espaços da sala de aula, respeito no grupo, o compromisso do horário de chegada e saída das oficinas. A introdução dos conteúdos partiu de uma metodologia do nivelamento das informações e de mais esclarecimentos sobre as atividades deste projeto de levantamento, bem como do fim a que se propõe. Nesse sentido, para nivelar as informações e atender às exigências do público integrado a este projeto de estudo, foi trabalhado o vídeo “História do Rádio no Brasil”, o que facilitou a compreensão do atual momento das rádios no país.

Na formação, trabalharam-se vários textos como referência para os temas propostos para as oficinas, como também considerada a experiência dos diversos jovens sobre o assunto, o que ampliou o diálogo, a participação e a colaboração do grupo.

Para que todos participassem ativamente da formação, constituíram-se pequenos grupos para possibilitar o diálogo, dando-lhes oportunidade de expor suas ideias e opiniões, superando dificuldades de intervenção nos discursos do coletivo.

## Segundo momento da formação:

### elaboração do questionário e aplicação do teste

Com os jovens mais informados e mais seguros da temática, a formação passou dos conteúdos teóricos para sua verificação na prática com a construção do questionário.

Para alcançar um dos resultados esperados da formação – levantamento das rádios comunitárias –, fez-se necessária a elaboração de um instrumento (questionário) para obtenção de informações sobre a realidade das rádios comunitárias de cada bairro onde os jovens vivem.

Como primeiro exercício da construção desse instrumento, inicialmente sugeriram-se algumas questões para compor o questionário, mas apenas serviram como ponto de partida e enriquecimento da elaboração das questões a serem feitas pelos jovens, com base nas suas reflexões políticas sobre os temas problematizados durante as oficinas.

Desse modo, os jovens foram instigados a refletir sobre questões estratégicas – que tipo de perguntas é indispensável conter no questionário? Com essa interrogação geradora, os jovens listaram perguntas destinadas aos profissionais do rádio e aos moradores do bairro, cuja intenção era avaliar e verificar a atuação da rádio a partir das relações que estabelecem na comunidade.

Conforme havia sido planejado, realizou-se um simulado, o **Teste**, nas proximidades da base tecnológica da Auçuba – Núcleo de Comunicação Comunitária (NCC) –, situada no bairro de Bomba do Hemetério, na zona norte da cidade, com a finalidade de preparar os jovens quanto à abordagem a ser feita tanto entre os dirigentes das rádios quanto entre os moradores da comunidade.

Os jovens organizados em grupos, com o apoio de dois estagiários do programa, circularam por algumas ruas do bairro para realizar a atividade proposta de verificar a abordagem à comunidade, explicar o objetivo da pesquisa e como dirigir as perguntas aos entrevistados.

## AVALIAÇÃO DA FORMAÇÃO

Avaliando conjuntamente a atividade, os jovens reafirmaram a necessidade de ter realizado o simulado, uma vez que essa vivência lhes possibilitou rever sua postura e

identificar a necessidade de alterar algumas questões para deixá-las mais claras para o público a que se destinam.

A participação dos jovens na construção e aplicação dos instrumentos de pesquisa foi fundamental para se posicionarem como sujeitos da ação que seria realizada nas próprias comunidades. Assim sendo, exercitaram na prática as questões problematizadas pelo grupo nas oficinas, desde questões técnicas de funcionamento até o envolvimento das rádios com a comunidade e, ainda, o silêncio dos gestores e seu efeito na falta de informação sobre o tema “rádio comunitária” que permeia as comunidades.







# CAPÍTULO 2

O LEVANTAMENTO DE RÁDIOS COMUNITÁRIAS:  
Processo e resultados

Constatado o fato de que a realização de um estudo sobre o veículo rádios comunitárias seria de grande importância para o processo político de comunicação comunitária, a atividade de pesquisa foi planejada para atender a esse interesse coletivo do movimento popular. De modo especial, o estudo justifica-se pelo potencial de uso que a representação da juventude possa vir a fazer desse instrumento de comunicação que tem relativa abrangência sobre uma parte da população do bairro.

O programa procurou estruturar a atividade de modo que não se restringisse à coleta de dados e informações, mas, sobretudo, propiciar a oportunidade de construir alianças com esses agentes de comunicação para potencializar a capacidade dessas rádios locais na difusão de informações que resultassem no fortalecimento da vida política dos bairros.

Apesar de ser um grande desafio traçar o perfil das rádios comunitárias na atual conjuntura, acredita-se que as informações sejam fundamentais para garantir a articulação das pessoas que fazem as rádios, buscando sua adesão às estratégias de prevenção à violência. Desse modo, no primeiro semestre de 2009, realizou-se o levantamento de rádios comunitárias nos cinco bairros integrantes da RSDS: Boa Viagem, Brasilit, Ibura, Pina e Santo Amaro.

## **2.1 Metodologia da pesquisa**

### **2.1.1 Reconhecimento do campo**

Antes de se realizar o levantamento de rádios comunitárias, buscou-se as informações existentes sobre entidades que poderiam ser pesquisadas. Entretanto, não foi possível identificar nenhuma pesquisa que informasse sobre a localização, o quantitativo e o nome dessas rádios. Até mesmo a Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária em Pernambuco (Abraço-PE), segundo depoimento de sua representação regional, tem dificuldades para realizar sua proposta de trabalho com as possíveis associadas em razão desse “vazio” de informações. Apesar da associação ter como objetivo mapear as rádios comunitárias existentes no Brasil, não oferece as informações esperadas, e no seu site informa que na Região Metropolitana do Recife (RMR) existem apenas três rádios comunitárias. Na verdade, esse dado de realidade sinaliza para uma dificuldade maior defrontada durante a pesquisa exploratória, o fato de poucas rádios serem legalmente reconhecidas como comunitárias. Conforme define a Lei n.º 9.612, de 19 de fevereiro de 1998:

Art. 1.º Denomina-se Serviço de Radiodifusão Comunitária a radiodifusão sonora, em frequência modulada, operada em baixa potência e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do serviço. (BRASIL, 1998).

Muitas das entidades se enquadram nos termos desse artigo, mas não conseguem legalizar suas atividades, sendo até mesmo alvo de perseguição por parte da Polícia Federal. Em acordo com esse marco legal, adotou-se como critério de unidade de análise a escolha de rádios que operam com baixa potência, têm cobertura restrita e prestam serviços à sua comunidade .

Inicia-se o trabalho de identificação de rádios existentes nos bairros recorrendo aos próprios comunitários por meio dos jovens que, em contato com líderes locais, buscavam informações sobre sua existência e localização. No entanto, encontraram-se algumas dificuldades com relação ao acesso às rádios locais, visto que havia relato de que a Polícia Federal tinha apreendido o equipamento de algumas delas. Existia resistência de alguns moradores em prestar as informações solicitadas e percebemos que, muito embora os jovens envolvidos na pesquisa fossem do próprio bairro, a comunidade “protegia” a rádio de pessoas que não participam diretamente desse veículo de comunicação.

Apesar de ter sido prevista a pesquisa em cinco bairros, em dois (Brasilit e Santo Amaro) não se localizaram rádios comunitárias. Diferentemente das expectativas iniciais do programa em produzir informações sobre cinco bairros, somente foi possível identificar uma rádio em Brasília Teimosa, duas rádios no Pina e cinco no Ibura/Cohab.

### 2.1.2 Escolha dos instrumentos

Tendo em vista o objetivo do estudo de traçar o perfil das rádios comunitárias e seu vínculo com a comunidade, para coletar as necessárias informações optou-se por realizar uma pesquisa de metodologia quantitativa apoiada na elaboração de um questionário, considerado a forma mais adequada para coleta dos dados pretendidos que também favoreceria a constituição de um banco de dados e poderia vir a contribuir com futuras pesquisas sobre o tema.

Além dos questionários aplicados entre os gestores das oito rádios comunitárias, realizaram-se entrevistas com vinte líderes comunitários, escolhidos de forma aleatória; dez entrevistas no bairro do Ibura e dez no Pina. A opção de realizar as

entrevistas com roteiro semiestruturado deve-se à possibilidade que esse método propicia de aprofundar questões abordadas no questionário, permitindo que todos os entrevistados pudessem falar sobre os mesmos temas. Como cada entrevistado tem sua percepção sobre dado aspecto da realidade, a utilização de um roteiro de entrevista amplia a lógica de construção da pesquisa, uma vez que permite a coleta das diferentes opiniões, ou seja, do significado que a comunidade dá ao tema. As respostas a essa abordagem qualitativa aparecem ao longo do relatório em diálogo com a análise dos dados quantitativos.

## 2.2 Descrição dos dados

No Pina, foi possível diagnosticar a existência de três rádios locais, mas apenas duas – a Novo Pina e Pina FM – participaram da pesquisa (Tabela 1).

**Tabela 1 – Quantitativo de rádios comunitárias pesquisadas por bairro**

LOCAL DE APLICAÇÃO		
Bairros	Número de rádios	Percentual
Ibura	5	62,5
Pina	2	25,0
Brasília Teimosa	1	12,5
Total	8	100

Nesse bairro, observou-se que, ao serem questionadas sobre a localização ou o nome do responsável pelas rádios existentes, as pessoas demonstravam certo receio, o que dificultou, em certo ponto, o trabalho, tanto que nenhuma informação de como ter acesso à terceira rádio – a Geração FM – foi fornecida. Sobre a Geração FM, as opiniões dos líderes comunitários e da população local foram bem divergentes: uns alegaram que essa emissora tem ligação com a criminalidade, outros afirmam que ela realiza prestação de serviços à população local. Infelizmente, não conseguimos ter acesso a nenhum canal para coletar dados dessa emissora.

Outro fator que dificultou o trabalho na região do Pina é que a Polícia Federal realiza operações periódicas no bairro, apreende transmissores, mesas de som, etc. das rádios, que, embora sejam legitimadas pela população local, não são legalizadas

pelo Ministério da Comunicação. A Pina FM, uma das emissoras pesquisadas, havia sido recentemente fechada, perdeu parte de seu equipamento e teve de trocar de sede, passando a funcionar em um local sigiloso.

Em razão desses entraves – perseguição à radiodifusão local e alegação de que uma das rádios poderia servir a grupos criminosos –, a aplicação dos questionários e a realização de entrevistas no bairro do Pina foi bastante tensa, havendo pouca cooperação dos líderes comunitários e da população local no que diz respeito à localização das rádios e dos responsáveis.

Em Brasília Teimosa, a mediação da Abraço facilitou o acesso ao responsável pela Rádio Fala Brasília. Infelizmente, ao contrário de nossas expectativas, quando esperávamos encontrar um número maior de rádios difusoras, o movimento de rádios comunitárias estava em baixa, bem diferente da situação de anos anteriores quando iniciativas empreendidas por rádios como Teimosinha FM movimentavam a população local em torno de movimentos sociais por melhores condições de vida.

As entrevistas realizadas com os líderes locais e os comunitários revelam que, embora uma das principais reivindicações da comunidade, urbanização do bairro, tenha-se realizado e trazido uma série de melhorias, as rádios comunitárias que tiveram grande influência nesse histórico de lutas hoje, na maioria, estão fechadas.

No Ibura, o cenário foi bem diferente do encontrado no Pina. Os líderes comunitários e a população foram mais “abertos” ao fornecimento de informações sobre a localização das rádios comunitárias. Os próprios responsáveis pelas rádios ajudaram a agendar as entrevistas com outros parceiros de atividades. Nesse bairro, foi possível perceber maior interação dos “emissores” e “ouvintes”, sendo bastante comum o envio de pedidos, críticas e sugestões na interação face à face. A grande dificuldade enfrentada pelos jovens pesquisadores durante a pesquisa no bairro foi o acesso físico às rádios, uma vez que a área é grande e elas ficam muito distantes uma das outras, em regiões com ladeiras e escadarias bastante íngremes. Contudo, o clima de colaboração favoreceu o acesso dos jovens a informações riquíssimas, os responsáveis pelas rádios não mediram esforços em atender à curiosidade dos pesquisadores em relação a assuntos técnicos, englobando temas como a montagem de uma unidade de transmissão e administrativos, relatando as dificuldades de sustentabilidade das rádios, etc. Ao todo, foram encontradas cinco rádios: Rio Branco FM, Terra Som, Monte Azul, Raio de Sol e Bom Som FM.

É necessário salientar que, durante a coleta de dados no Ibura, não houve nenhum relato sobre apreensão e fechamento de rádios comunitárias em tempos recentes. A prática da radiodifusão comunitária nesse bairro parece sofrer menos restrições que em outras regiões – o que não implica dizer que esteja livre do trabalho para sua criminalização promovido pelas grandes corporações midiáticas.

Como principal equipamento, as rádios têm em comum mesa de som e caixa de som. Esses aparelhos estão presentes em 87,5% das entidades entrevistadas. Logo em seguida, o microfone aparece como o segundo equipamento mais comum, disponível em 75% dos espaços. Em terceiro, estão o computador; MP3 player e DVD em 62,5% das rádios pesquisadas (Tabela 2).

**Tabela 2 – Equipamento utilizado pelas rádios**

Que equipamentos são utilizados para o funcionamento desta Rádio?					
EQUIPAMENTOS	BAIRROS	PINA	IBURA	BRASÍLIA TEIMOSA	PERCENTUAL DE RÁDIOS
Mesa de som		2	4	1	87,5
Caixa de som		2	5	0	87,5
Microfone		2	2	0	75,0
Computador		1	4	0	62,5
DVD		1	1	0	62,5
MP3 player		1	4	0	62,5
Gravador		0	3	1	50
Transmissor		1	1	1	37,5
Antena		1	0	1	25
Software para rádio		0	2	0	25
Acesso à internet		0	1	0	12,5

A análise dos dados permite a constatação de que as rádios comunitárias funcionam com equipamento acessível, de baixo custo para aquisição e manutenção. Durante a

aplicação dos questionários, um elemento comum encontrado nas falas dos responsáveis pelas rádios foi o caráter da iniciativa autônoma – o “faça você mesmo” –, em que a dificuldade de conseguir apoio e captar recursos leva os interessados em construir uma radiodifusora comunitária a adquirir equipamento barato, na maioria das vezes de segunda mão, ou até mesmo material de sucata, para construir as unidades de transmissão.

O caso da Rádio Rio Branco FM no Ibura é bem ilustrativo; com dificuldade para conseguir comprar equipamento, a equipe de radiodifusores constantemente recorre ao reaproveitamento de peças de aparelhos quebrados, que teoricamente estavam sem condições de uso, construindo assim “novo” equipamento. Desse modo, a rádio mantém em funcionamento seus microfones, toca-disco vinil, toca-fita, caixas de som, entre outros, a custo de muita criatividade e improviso.

Chama a atenção o fato de que cinco das rádios pesquisadas têm acesso à tecnologia de informática. É preciso considerar que, em todos os casos, esses computadores tinham a configuração ultrapassada – em termos de hardware – e apenas duas das emissoras pesquisadas utilizavam softwares específicos para rádio. O uso do computador é principalmente para armazenamento de músicas digitalizadas, o que permite acesso à grande quantidade de músicas de maneira simples além de facilitar o uso de recursos como CD, DVD, MP3 player e outros.

Outra ferramenta amplamente utilizada pelas rádios comunitárias com o computador é o mecanismo de reprodução automática. Com tal ferramenta, o responsável pela programação pode organizar uma lista de músicas e spots para ser executada durante várias horas sem precisar estar presente na sede da rádio. Para utilização de tal ferramenta, programas como Winamp (WIKIPÉDIA, 2010) – reprodutor de mídia disponibilizado gratuitamente na Internet – são os mais recorrentes.

Em vários momentos da coleta de dados, os responsáveis pelas rádios comunitárias organizavam sua *playlist* com músicas e spots para serem executadas automaticamente enquanto participavam da pesquisa. Talvez o caso mais ilustrativo desse uso da ferramenta de reprodução automática é o da rádio Pina FM. Seu responsável, além de programar e operar a rádio, é dono de uma pequena distribuidora de água, atividade que exige sua constante presença na administração comercial. Dessa forma, a programação da rádio é executada automaticamente durante boa parte do tempo. Num dado intervalo, ele se dirige ao computador e organiza uma nova lista de reprodução de acordo com os pedidos dos ouvintes e os spots selecionados para o horário. Organizada a lista de músicas e

spots, os dados são executados pelo computador, permitindo que o responsável pela rádio retome suas atividades comerciais.

Se bem que a maioria das rádios pesquisadas tenha computadores, sua potencialidade ainda é pouco explorada. Como demonstrado nos dados acima, apenas uma das rádios tem acesso à internet. Sem contar que muitas das dificuldades enfrentadas por essas rádios, em termos de maquinário e equipamento, poderiam ser superadas com melhor utilização dos recursos informáticos. Infelizmente, as condições estruturais não permitem que pessoas de baixa renda – situação em que a totalidade dos responsáveis pelas rádios pesquisadas se enquadra – tenham acesso ao capital informacional e computacional necessário para melhorar suas atividades por meio das tecnologias de informática (FREITAS; MEFFE, 2009).

Os dados revelam que a maior fonte de financiamento das rádios comunitárias é oriunda, em primeiro lugar, da contribuição dos responsáveis/organizadores. A questão do autofinanciamento ficou bem evidente durante as pesquisas de campo: a grande maioria das rádios funciona em propriedade privada, ou seja, em um espaço improvisado na casa dos próprios responsáveis. A única exceção do universo pesquisado é a Rádio Novo Pina, que funciona em uma escola pública, como apoio às atividades pedagógicas (Tabela 3).

**Tabela 3 – Financiamento das rádios comunitárias**

Como se dá a manutenção financeira da Rádio?					
FONTE DE RECURSOS	BAIRROS	PINA	IBURA	BRASÍLIA TEIMOSA	PERCENTUAL DE RÁDIOS
Autofinanciamento		1	4	1	75
Comerciais/propagandas		1	2	1	50
Apoio cultural do governo		1	0	0	12,5
Apoio de instituição comercial		0	1	0	12,5
Apoio de instituição religiosa		0	1	0	12,5

A constatação de que a maioria das rádios comunitárias funciona em



locais privados pode ser mais bem aprofundada, inclusive com o potencial efeito explicador nas análises sobre participação popular nas entidades de radiodifusão. A pesquisadora Lílian Bahia (2010) afirma que o funcionamento de radiodifusoras comunitárias em locais privados é uma constante no Brasil. Segundo as informações coletadas entre os responsáveis pelas rádios comunitárias, a dificuldade para conseguir manter um espaço autônomo e próprio da rádio é enorme, visto que implicaria uma série de gastos. Mantendo a estrutura das rádios na casa de um dos responsáveis, além de ser econômico, facilita a condução das transmissões, uma vez que permite ao operador das programações realizar atividades paralelas, por exemplo, ajudar nas tarefas de casa.

Para Lílian Bahia, o fato de as rádios comunitárias funcionarem, na sua maioria, em espaços privados não traria necessariamente implicações negativas ao quesito participação da população local. A autora diz que o sucesso de uma rádio local está na capacidade de oferecer um diferencial em relação às grandes rádios, que seria justamente a possibilidade de os ouvintes terem maior influência e contribuição nas programações. Os líderes comunitários entrevistados também afirmam que não existem muitos conflitos pelo fato de as rádios comunitárias funcionarem em locais privados, ou seja, na casa do próprio responsável uma vez que há liberdade para as pessoas expressarem seus interesses e pensamentos.

O intrigante é que, apesar de essas rádios terem um nome, a exemplo da Rádio Rio Branco ou Rádio Pina FM, os líderes entrevistados e a população local se referem a elas como “a rádio de seu cicrano” ou a “rádio de seu fulano”.

A divulgação de informações sobre o cotidiano da comunidade aparece como um dos principais focos do trabalho das rádios comunitárias. Esse dado fica evidente no discurso dos responsáveis, que podem ter suas respostas categorizadas como “dar voz à comunidade é o principal diferencial dessas emissoras” (Tabela 4).

É possível afirmar que o interesse em divulgar fatos da localidade seja um dos principais elementos da garantia de audiência dessas rádios. Elas divulgam novos empreendimentos, campanhas governamentais – mesmo sem ser oficialmente requisitadas -, bandas locais, festas, notícias, etc.

Tabela 4 – Objetivo das rádios

Em sua opinião, qual é o principal objetivo da Rádio?					
OBJETIVO	BAIRROS	PINA	IBURA	BRASÍLIA TEIMOSA	PERCENTUAL DE RÁDIOS
Divulgar informações sobre o cotidiano da comunidade		0	4	1	50
Divulgar ideias e concepções culturais		1	1	0	25
Informar questões de utilidade pública		1	0	0	12,5

Esses difusores de informação conseguem expressar-se com linguagem acessível para a população, propiciando maior sentimento de identificação com os ouvintes. A sensação é de que “quem fala”, ou seja, o locutor, sabe exatamente qual é o cotidiano de seus ouvintes. Os líderes comunitários esclarecem que essas emissoras têm o respaldo da comunidade justamente porque elas se preocupam em retratar o dia a dia, sendo uma espécie de jornal local, em que os próprios comunitários podem intervir na construção da informação.

A maneira como o cotidiano das comunidades ganha forma nas programações não segue um padrão. Cada rádio tem sua forma de organizar os relatos diários, que podem ser de forma espontânea, ao longo da transmissão, num intervalo entre as músicas ou em horário específico, em um programa voltado unicamente para os acontecimentos locais.

Diante da opinião dos líderes comunitários e dos responsáveis pelas rádios comunitárias, confirma-se a constatação levantada por Lílian Bahia (2005) e Cecília Peruzzo (1998) em relação à potencialidade de comunicação das rádios comunitárias no quesito divulgação de acontecimentos locais.

Durante a coleta de dados, só para ilustrar um caso, havia poucas horas, a Rádio Terra Som do Ibura tinha começado a divulgar mediante spots um concurso de imitação de artistas que ocorreria na região da UR-2. Algumas horas depois, em uma região distante, Jardim Monte-Verde, um grupo de pessoas abordou os pesquisadores pedindo informações sobre a localização daquela rádio, porque queriam inscrever-se no evento. Curiosos, perguntamos: morando tão distante, como souberam do concurso? O grupo descreveu que as atividades na localidade ganham grande importância quando divulgadas nas rádios comunitárias, porque os ouvintes, além de gostarem de saber dos eventos que

ocorrem nas diversas comunidades do bairro, sentem-se satisfeitos em contribuir com a divulgação da informação.

No Ibura, os líderes comunitários revelam que costumam recorrer às rádios para divulgar atividades das entidades que representam. Nesse bairro, a relação dos líderes comunitários e dos responsáveis por rádios comunitárias parece ter laços mais estreitos. Diferentemente do Pina, onde esse clima de cooperação é menos evidente.

A totalidade dos entrevistados não legitima a ideia comumente difundida de que realizam um trabalho ilegal, “pirata”. Há entre os responsáveis pelas rádios um discurso recorrente de que suas atividades são benéficas ao núcleo de sua comunidade, pois divulgam informações e atrações locais além de fomentar o comércio local, coisas que as “grandes rádios”, “legalizadas”, são incapazes de realizar. Essa é uma opinião também compartilhada pelos líderes comunitários. Suas respostas podem ser categorizadas em dois tópicos: a) as rádios comunitárias não são piratas; b) as rádios comunitárias ajudam na dinâmica da comunidade, promovendo os eventos e as iniciativas de interesse local (Tabela 5).

**Tabela 5 – Rádio comunitária é rádio pirata?**

Tendo em vista a opinião da “grande mídia”, você sente que está realizando um trabalho ilegal?		
RESULTADOS OBTIDOS	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL DE RÁDIOS
Não	8	100,0
Total	8	

É possível inferir que a ideia da função social da rádio, constituída pelo apoio dado às comunidades, é compartilhada pelos representantes das rádios pesquisadas e pelos líderes comunitários. Há concordância dos responsáveis dessas rádios de que existe um trabalho das grandes emissoras legais em criminalizar a comunicação comunitária, difundindo inverdades, por exemplo, “a transmissão das rádios piratas pode derrubar avião”.

Outro fato a se salientar é que há concordância entre os responsáveis pelas rádios pesquisadas e os líderes comunitários de que não há interesse do poder público em facilitar, ou até mesmo agilizar, os processos de concessão para transmissão das rádios. Na opinião desses atores, o governo tende a favorecer seus protegidos na distribuição de licenças, o que tem até mesmo suscitado conflitos. No Ibura, uma das rádios comunitárias

legalizadas,<sup>3</sup> conforme relato nas entrevistas, na verdade, serve ao interesse de grupos específicos, não prestando nenhum tipo de apoio ao grosso da população. A programação da referida rádio contempla unicamente pautas religiosas e políticas, servindo para manutenção e ampliação de currais eleitorais.

A maior parte das rádios comunitárias pesquisadas realiza sua transmissão por meio de caixas acopladas a postes de energia elétrica, conhecida como “rádio poste”. A maioria das rádios postes (62,5%) se situa no Ibura, perfazendo um total de 5 rádios; uma delas também realiza sua transmissão via ondas (Tabela 6).

**Tabela 6 – A transmissão da rádio**

Como se dá a transmissão da programação da Rádio?				
TRANSMISSÃO BAIROS	PINA	IBURA	BRASÍLIA TEIMOSA	PERCENTUAL DE RÁDIOS
Rádio poste	1	5	0	75
Transmissão por ondas	1	1	1	37,5

É necessário atentar que as “rádios poste” não sofrem essa dura perseguição enfrentada pelas rádios que transmitem suas programações por ondas. Uma das explicações, segundo relatos dos próprios responsáveis por rádio comunitária, é que as “rádios poste” têm alcance muito limitado, o que não as torna concorrentes diretas das FMs legalizadas. Sem contar que o custo de manutenção do equipamento de uma “rádio poste” é maior, já que é necessário realizar reparos constantemente na fiação e nas caixas de som, que ficam muitas vezes desprotegidas, sofrendo danos causados por sol e chuva. Tal exigência de manutenção muitas vezes dificulta a expansão dessas rádios.

O fato de a maioria das rádios comunitárias do Ibura transmitir sua programação via “rádio poste” seria um dos motivos que facilitaram o acesso dos pesquisadores a essa

<sup>3</sup> Por questão de ética, não divulgamos o nome verdadeiro das rádios comunitárias; os nomes utilizados são fictícios.

comunidade, uma vez que a perseguição acentuada é mais evidente entre as rádios que utilizam transmissor?

No Pina e em Brasília Teimosa, as rádios fechadas pela Polícia Federal utilizavam transmissor, o que é caracterizado crime. Os próprios responsáveis por “rádio poste” muitas vezes faziam questão de enfatizar que suas atividades não desrespeitavam nenhuma lei, por isso, sentiam-se mais seguros em levar à frente suas ações.

É interessante denotar que mídias como CD e DVD ainda têm um grande índice de utilização, mas na maior parte dos casos, elas acabam servindo para armazenar MP3 (Tabela 7). O trabalho de campo indica que a preferência pelos arquivos digitais se dá pela facilidade de armazenamento e a possibilidade de organização de *playlists* para reprodução automática. Em algumas rádios, como Pina FM, Terra Som e Rio Branco FM, os responsáveis não ficavam em tempo integral à frente do equipamento de som. Eles programam a sequência de músicas, spots e comerciais para que o computador execute a programação das rádios automaticamente, deixando-os, assim, livres para realizar atividades paralelas.

**Tabela 7 – As mídias utilizadas**

Quais são as mídias utilizadas pela Rádio?					
MÍDIAS	BAIRROS	PINA	IBURA	BRASÍLIA TEIMOSA	PERCENTUAL DE RÁDIOS
CD		1	5	1	87,5
MP3		1	5	0	75
DVD		0	4	0	50
Fita K7		0	1	1	25
Vinil		0	1	0	12,5

Chama a atenção a multiplicidade de respostas, o que indica que as rádios comunitárias executam uma variedade de ritmos. O forró é o ritmo executado em todas as unidades de transmissão. O pagode, o brega, a música gospel/religiosa e a música regional têm uma elevada taxa de execução nas rádios pesquisadas (Tabela 8).

Durante a coleta de dados, os responsáveis por rádio comunitária ressaltaram que a pluralidade de gêneros musicais executados na sua programação é uma coisa comum e serve também como estratégia para manutenção da audiência. No entanto, não conseguimos captar um padrão na forma de execução desses gêneros musicais.

**Tabela 8 – Gêneros musicais mais executados**

Quais os principais gêneros musicais veiculados na rádio?					
GÊNEROS	BAIRROS	PINA	IBURA	BRASÍLIA TEIMOSA	PERCENTUAL DE RÁDIOS
Forró		2	5	1	100
Brega		1	5	1	87,5
Pagode		1	5	1	87,5
Gospel/religiosa		1	5	1	87,5
Música regional (cantoria, maracatu, coco etc.)		2	4	1	87,5
Funk		0	5	1	75
Samba		1	4	1	75
Swingueira		1	1	1	75
Rap		1	3	1	62,5
Rock		0	4	1	62,5

Algumas rádios pesquisadas, caso da Rio Branco FM e Rádio Monte Azul, criam horários específicos na grade de programação para executar certos ritmos musicais. Outras rádios, como a Pina FM, Bom Som e Terra Som, executam os gêneros musicais de acordo com os pedidos dos ouvintes, ou seja, as músicas mais solicitadas vão ganhando espaço na programação; as demais rádios executam as músicas espontaneamente de acordo com a impressão do “operador” da programação. É preciso atentar que nenhuma dessas formas de executar os gêneros musicais é fechada. Ao longo da pesquisa, foi possível constatar que a flexibilização faz parte do cotidiano de todas essas rádios, dada a dificuldade de se defender um padrão de transmissão de gêneros musicais para essas unidades de transmissão.

A quebra de um equipamento, por exemplo, pode ser decisiva para se construir a programação. Durante a pesquisa, uma das rádios estava com o computador quebrado, impossibilitando que o “operador” executasse certos gêneros musicais.

A construção da pauta a ser executada nas rádios ainda é bastante concentrada na equipe de responsáveis. As opções “reunião de equipe” e a pauta “constrói-se de forma espontânea durante a programação” perfazem 62,5% do total de entrevistados (Tabela 9).

**Tabela 9 – Construção das pautas**

Como se constrói a pauta da Rádio?					
CONST DA PAUTA	BAIRROS	PINA	IBURA	BRASÍLIA TEIMOSA	PERCENTUAL DE RÁDIOS
Reunião de equipe		1	3	0	50
Sugestão dos ouvintes		0	2	1	37,5
Constrói-se de forma espontânea durante a programação		1	0	0	12,5

Durante a coleta de dados, os responsáveis pelas rádios e os líderes comunitários enfatizaram que os ouvintes exercem notável influência na construção da programação, mas são os envolvidos no cotidiano das rádios que têm grande peso na definição das pautas. Isso implica a ausência de qualquer autoritarismo por parte dos entrevistados, porque, afinal, a sobrevivência das rádios depende da população local. Entretanto, as adversidades enfrentadas no dia a dia permitem o desenho de situações em que o “possível” toma o lugar do necessário. As entrevistas ainda revelaram que os líderes comunitários não costumam participar da construção da pauta das rádios. A interpretação das respostas desses atores permite afirmar que há legitimação de que a tarefa da construção de pautas cabe ao responsável pela rádio.

A grande maioria das rádios pesquisadas não consegue trazer retorno financeiro suficiente para que o responsável possa dedicar-se integralmente ao exercício da radiodifusão comunitária. Esses atores desenvolvem uma série de atividades paralelas para conseguir rendimentos financeiros que viabilizem a manutenção de sua família e até mesmo das rádios. Talvez esse esforço de assumir várias atividades para garantir sua sobrevivência e das rádios, fato esse reconhecido pela população local, permita a configuração de situações em que os responsáveis tenham maior liberdade de gerenciamento da programação; sem contar com o fato de que a grande maioria das rádios comunitárias pesquisadas funciona em locais privados, na casa de seu responsável, como já se mencionou. Excetua-se, nesse

parágrafo, a Rádio Novo Pina, única entidade que se mantém com verbas públicas, situação permitida pelo fato de funcionar em uma escola municipal.

Os pedidos e sugestões via telefone e na própria sede das rádios são as formas mais comuns de participação da comunidade na programação (Tabela 10). Isso revela a existência de um elevado grau de interação do público ouvinte com o responsável pela rádio, uma vez que os ouvintes se dispõem a gastar seus recursos, como créditos do celular, para que suas sugestões façam parte da programação. No Pina, essa constatação é bem evidente, visto que as rádios locais funcionam em lugar sigiloso, o que leva o público a recorrer ao telefone celular para efetivar sua participação.

**Tabela 10 – Participação na programação das rádios**

Como a comunidade participa na programação da Rádio?					
PARTIC. DO PÚBLICO	BAIRROS	PINA	IBURA	BRASÍLIA TEIMOSA	PERCENTUAL DE RÁDIOS
Pedidos e sugestões via telefone		2	5	1	100
Pedidos e sugestões na própria sede da rádio		2	5	0	87,5
Em momentos específicos		1	2	0	37,5
Entrevistas		0	4	0	50

Na pesquisa, vale salientar, observou-se que, naquele bairro, os aparelhos de telefonia celular cada vez mais tomam o lugar dos rádios “convencionais”. Em toda parte, há pessoas – como transeuntes, feirantes, comerciários – com seu aparelho transmitindo a programação da rádio local, no caso, a Pina FM e Geração FM.

É necessário enfatizar que, ao realizar um diálogo com os dados anteriores, aqueles disponíveis na Tabela 9, essa participação é “gerenciada” com certa dependência dos espaços cedidos pela equipe de responsáveis por rádio. Apenas três – Novo Pina FM, Terra Som e Rio Branco – das oito rádios, abrem um momento para que a comunidade possa ter participação nas decisões internas.

O pedido de músicas é a forma mais recorrente de participação da comunidade no cotidiano das rádios comunitárias. Entretanto, a divulgação de informações de utilidade pública, manifestações culturais e de denúncias tem um alto percentual (Tabela 11).



**Tabela 11 – A participação no cotidiano das rádios**

Como a comunidade participa mais no dia a dia da programação da Rádio?					
MAIOR PARTICIPAÇÃO	BAIRROS	PINA	IBURA	BRASÍLIA TEIMOSA	PERCENTUAL DE RÁDIOS
Pedido de músicas		1	3	0	50
Informações de utilidade pública		0	2	1	37,5
Informação sobre festas e manifestações culturais		1	2	0	37,5
Denúncia de acontecimentos/ fatos na comunidade		0	2	0	<b>25</b>
Divulgação de campanhas de mobilização comunitária		0	1	0	12,5

As rádios comunitárias pesquisadas ainda têm na programação musical o forte chamariz de ouvintes. Não é por menos que as pautas são formuladas pelas execuções musicais que preenchem a maior parte das pautas.

A maior parte das rádios comunitárias costuma participar de ações da comunidade, principalmente das festividades. Durante a coleta de dados, os responsáveis enfatizaram esse papel exercido pelas radiodifusoras na divulgação de eventos locais. As pessoas costumam procurar as rádios para realizar alguma chamada, ou até mesmo spot, dando informações sobre o evento (Tabela 12).

**Tabela 12 – Participação em ações comunitárias**

A rádio participa das ações organizadas pela comunidade?					
PARTIC. DA RÁDIO EM AÇÕES	BAIRROS	PINA	IBURA	BRASÍLIA TEIMOSA	PERCENTUAL DE RÁDIOS
Sim		0	5	1	75
Não		2	0	0	25

Também é comum o “operador” da programação realizar atividades durante as festividades. A Terra Som, por exemplo, costuma entrevistar as pessoas, captando

suas impressões acerca do evento. Algumas rádios ainda se arriscam a transmitir os acontecimentos locais ao vivo, é claro que em conformidade com as limitações .

No quesito de realização de atividades em parceria com outras rádios locais, quatro rádios comunitárias afirmaram sim. A maior parte dessas rádios se encontra no Ibura, local onde, como já expressei, a cooperação entre os responsáveis por rádio comunitária é mais evidente.

**Tabela 13 – Realização de atividades em parceria com outras rádios comunitárias**

A Rádio realiza atividades em parceria com outras rádios comunitárias?					
	BAIRROSPARCEIRA	PINA	IBURA	BRASÍLIA TEIMOSA	PERCENTUAL DE RÁDIOS
Sim		0	3	1	50
Não		2	2	0	50

Durante a pesquisa, não foi possível levantar elementos para diagnosticar que fatores poderiam influenciar, ou não, a realização de parcerias entre as rádios comunitárias. Os relatos dos responsáveis que costumam realizar atividades com outras emissoras deixam claro que a criação desse vínculo foi por meio de participação em fóruns e espaços criados pelas entidades representativas das rádios comunitárias, dentre elas, a Abraço.

Contudo, é preciso considerar que essas entidades representativas das radiodifusoras comunitárias esbarram em grandes dificuldades para exercer suas atividades motivadas por uma série de fatores, dentre eles, o desconhecimento do universo de rádios comunitárias existentes nas regiões onde atuam.

A interpretação dos dados coletados entre responsáveis por rádio comunitária leva a crer que a participação em entidades associativas é fundamental para a construção de redes de apoio às radiodifusoras locais.

### **Considerações finais e recomendações**

Os resultados aqui disponibilizados sobre o levantamento realizado nos bairros de Brasília Teimosa, Ibura e Pina referem-se a informações que tentam preencher o

constatado “vazio” de conhecimento sobre as rádios comunitárias existentes nessas localidades. Como primeira iniciativa do Programa de Educação para a Cidadania nesse campo, é bem possível que este levantamento tenha deixado lacunas, mas, sem dúvida, os dados descritivos dessa realidade podem contribuir para entender melhor o cotidiano das rádios comunitárias e o papel que exercem na comunidade.

Desde os primeiros passos para a organização dos trabalhos a fim de realizar este levantamento, havia grande expectativa entre a equipe técnica e os jovens pesquisadores. Afinal, o resultado do estudo deverá ter um desdobramento prático para atender às solicitações de líderes comunitários, que cotidianamente vivenciam os desafios de afirmar sua legitimidade como representantes dos interesses coletivos, com a promoção de atividades que assegurem a seus concidadãos uma qualidade de vida segura e digna.

Nesse sentido, as informações apropriadas pelos atores sociais sobre a existência e o funcionamento da radiodifusão local lhes permitirão negociar a utilização desse bem público como instrumento de apoio às mobilizações populares voltadas para a pauta de lutas políticas do bairro, principalmente para aquelas que objetivam a prevenção contra a violência.

Desse modo, esta pesquisa ocupou a atenção dos líderes comunitários, que reagiram de forma bastante positiva diante das informações apresentadas pela equipe,<sup>4</sup> dialogando sobre aspectos de condução do processo do levantamento e posicionando-se sobre as relações a serem (re)construídas com esse veículo de comunicação, representado pelas rádios comunitárias existentes nos bairros.

Do ponto de vista metodológico, destacam-se:

- a atenção dada pela forma de condução dos trabalhos que garantiu aos grupos jovens integrantes da Rede Solidária de Defesa Social nos bairros sua participação na qualidade de pesquisadores;
- o trabalho de formação dos jovens, os quais, conhecendo os princípios e

4 Fóruns de devolução dos dados e informações do levantamento realizado no Ibura, Pina e em Brasília Teimosa para socializar com os líderes comunitários os dados e as informações obtidas mediante o levantamento sobre as rádios comunitárias estudadas.

mecanismos da comunicação comunitária, estarão mais aptos a participar de experiências de comunicação comunitária no bairro;

- o lugar especial do informante/entrevistado, ocupado pelos líderes comunitários, foi destacado na discussão como uma maneira mais fidedigna de apreender as particularidades de cada região, pelo fato de serem pessoas oriundas das próprias comunidades pesquisadas.

A oportunidade deste debate, com base nos dados levantados, suscitou a necessidade de os líderes aproximarem-se dos organizadores de rádios comunitárias sobre diferentes aspectos:

a) em relação ao **cotidiano e funcionamento das rádios comunitárias**, a falta de funcionamento e apoio para a realização das suas atividades possibilitou algumas propostas:

- os líderes poderiam definir parceria com os responsáveis pelas rádios para produzir propagandas e spots e atividades no bairro e, assim, contribuir com o apoio financeiro ou material para a existência dessas rádios,
- outra sugestão diz respeito à possibilidade de alguns líderes fazerem contato com pessoas da área de manutenção de equipamento eletrônico como uma forma de contribuir com o conserto do material quebrado;

b) A questão da **participação popular** nas programações das rádios foi outro ponto gerador de grandes debates entre os líderes:.

- o fato de pessoas estarem dispostas a opinar sobre questões da programação cotidiana das rádios, até mesmo despendendo recursos próprios (como no caso das ligações feitas pelo celular), despertou-as para a possibilidade de potencializar as ações coletivas promovidas pelas associações do bairro; tendo as rádios como uma ferramenta de comunicação com a comunidade, durante a programação, elas poderiam abordar os problemas locais para atrair a atenção dos ouvintes não somente tendo em vista a busca de soluções, mas também para estimular as práticas associativas,
- no caso de Brasília Teimosa, a legitimidade do funcionamento da rádio comunitária encontra raízes à época do início da ocupação do bairro, quando havia uma forte tensão entre a comunidade e o poder público no que diz

respeito à posse de terra para construção de casas próprias; nesse período, a população ocupante da área utilizava a rádio comunitária para mobilizar os moradores diante da possibilidade de reintegração de posse realizada pela polícia, bem como para divulgar informações de interesse da comunidade;

c) a **criminalização das rádios comunitárias** foi outro tópico que despertou o interesse coletivo e alimentou grandes discussões:

- no Pina e em Brasília Teimosa houve destaque à perseguição e criminalização de rádios comunitárias. Os entrevistados informam que já ouviram relatos sobre intervenções policiais para interditar rádios e apreender transmissores, tornando inviáveis as suas atividades; como efeitos dessa medida coercitiva, muitas vezes o radialista fecha a rádio porque, na qualidade de mantenedor, não consegue arcar sozinho com os altos custos da reposição do equipamento de transmissão.
- os líderes afirmam que há rádios legalmente reconhecidas como comunitárias, mas, na prática, favorecem apenas a comunicação de grupos específicos, não dando margem para que o “grosso” da população possa manifestar suas ideias; segundo os líderes locais, essas rádios funcionam unicamente para interesses eleitorais e religiosos.

O fato marcante é que o móvel que deu origem ao projeto do levantamento foi confirmado pelos líderes, os quais, ainda que tivessem profundo conhecimento sobre determinados aspectos da situação de sua comunidade, desconhecem as informações sobre o número de rádios existentes no bairro, assim como a localização e os responsáveis. No debate, essas informações foram devidamente registradas pelos líderes presentes.

Para concluir essa discussão, fica evidente a desarticulação existente entre os gestores das rádios comunitárias e os líderes comunitários; cada ator social desconhece os trabalhos realizados pelo outro. Entretanto, há consenso em relação à ideia de que as associações dos bairros e os gestores de rádio deveriam unir-se e contribuir uns com os outros em diversas frentes de trabalho. Com um trabalho em rede, sugerem a mobilização de líderes e radialistas para o debate sobre sua sustentabilidade e captação de recursos. Além disso, propõem a elaboração coletiva de um jornal comunitário que destaque essa

integração dos dois atores – rádios comunitárias e organizações sociais locais –, voltada para o interesse comum representado na luta pela prevenção à violência.

Esperamos que a proposta educativa desenvolvida pela RSDS, focada no aprendizado das decisões coletivas, possa ampliar essa pauta de atividades e contribuir para que os líderes locais incidam nesse espaço das rádios comunitárias a fim de viabilizá-las como uma forma moderna de comunicação e organização social para os cidadãos dos bairros.

## REFERÊNCIAS

BAHIA, Lilian Claret Mourão. Potencialidades e limitações de rádios comunitária e educativa da Região Metropolitana de Belo Horizonte, MG, Brasil. **Livro de Actas**, 4.º SOPCOM, 2005. p. 1673-1683. Disponível em: <[http://www.geac.es/bocc/pag/](http://www.geac.es/bocc/pag/bahia-lilian-potencialidades-limitacoes-radios-comunitaria-educativa.pdf)

[bahia-lilian-potencialidades-limitacoes-radios-comunitaria-educativa.pdf](http://www.geac.es/bocc/pag/bahia-lilian-potencialidades-limitacoes-radios-comunitaria-educativa.pdf)>. Acesso em: 8 fev. 2010.

BRASIL. Lei n.º 9.612, de 19 de fevereiro de 1998. Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 fev. 1998.

FREITAS, Cristina; MEFFE, Corinto. O portal do software público brasileiro em primeira análise. **Revista PoliTICs**, nov. 2009.

PERUZZO, Cecília M. Krohling. Participação nas rádios comunitárias no Brasil: artigo apresentado no GT Cultura e Comunicação Popular. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 21., 7-12 set. 1998, Recife, PE. **Anais...** Recife, PE:

WIKIPÉDIA. **Winamp**. 2010. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Winamp>>. Acesso em: 25 fev. 2010.









# CAPÍTULO 3

COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA EM DEBATE

# A VIVÊNCIA EM CONCEIÇÃO DAS CRIOULAS NA CONSTRUÇÃO DE UMA RÁDIO COMUNITÁRIA

**Gustavo Magnata<sup>5</sup>**

Analisando experiências distintas sobre uma mesma temática – Rádio Comunitária –, busca-se trazer, com o acompanhamento técnico sistemático de uma População Tradicional no interior do Estado de Pernambuco, o contraste entre a realidade das experiências nas comunidades situadas na capital do estado na perspectiva de identificar pontos confluentes e divergentes.

Com base na experiência de Assessoria Jurídica Popular a Comunidades Quilombolas<sup>6</sup>, entre 2004 e 2009, pudemos ter contato com a temática da Rádio Comunitária. A peculiaridade dessa proposta, fora dos grandes centros urbanos perpassa, também, pelo resgate da identidade e da cultura dessas comunidades, auxiliando no fomento, na mobilização e estruturação de suas organizações, bem como fazendo emergir o debate sobre o direito humano à comunicação.

Questões como o resgate identitário e cultural, o fomento de debates sobre aspectos inerentes ao grupo específico também são uma realidade na periferia dos grandes centros urbanos. Mesmo que faça parte do cenário da capital, existe nessa relação um diferencial no processo de exclusão que demarca essas comunidades, que são tratadas como apêndice e estranhos ao “cartão-postal” da vida da cidade. A outra, vivendo no interior, nem sequer

<sup>5</sup> Advogado do Gajop.

<sup>6</sup> Assessoria Jurídica Popular prestada pela Dignitatis-ATP, uma organização não governamental, para a Associação Quilombola de Conceição das Crioulas, onde havia um trabalho contínuo de formação jurídico-política e articulação de demandas locais e globais.

consta no mapa, secularmente longe dos olhos gestores das políticas públicas.

Tratando-se de Povos Tradicionais e, mais especificamente, da experiência vivenciada com a Comunidade Quilombola de Conceição das Crioulas,<sup>7</sup> o caminho para a implementação da rádio comunitária foi resultado de um processo de debate sobre sua identidade, ressignificação de suas formas de organização e de uma crescente mobilização social no que diz respeito à efetivação de políticas públicas e ao reconhecimento de seus direitos específicos como povos tradicionais.

A Comunidade Quilombola de Conceição das Crioulas passa por processo de Titulação de seu Território Tradicional, desencadeado por uma luta histórica do povo quilombola da região.

Diante da efervescência cultural local e a existência de uma juventude atuante, a associação<sup>8</sup> formada pelos quilombolas busca parcerias para apoiar e contribuir com os debates inerentes àquela localidade e sua identidade, sempre primando pela autonomia de seu povo. Com sua organização local e o apoio dessas parcerias, nascem projetos instigantes com efeitos no desenvolvimento da própria comunidade.

Participando ativamente dos debates da comunidade e na estrutura organizativa da associação, os jovens fazem emergir o tema Direito Humano à Comunicação.

Para aquela juventude, perguntas recorrentes demandam uma resposta social em forma de ações planejadas, como seguem: “Por que não vejo nada sobre a gente em lugar nenhum?” “Por que não me identifico com os personagens das novelas?” “Por que nenhum ‘galã’ de novela é negro?” “Como nunca ouvi falar sobre meu território ou sobre nós quilombolas em nenhum outro lugar fora daqui?” “Por que no jornal local nunca entrevistam as pessoas daqui? Será que não temos nada a dizer?”

O processo organizativo, provocativo e audacioso da juventude da comunidade contribuiu para que formassem um grupo de vídeos<sup>9</sup>; produzem, filmam e editam suas produções, trazendo debates que não são abordados em nenhum outro veículo de informação.

7 O território tem cerca de 17 mil km<sup>2</sup>, composto por dez comunidades, localizado na cidade de Salgueiro, sertão pernambucano, a 545 km da capital, Recife.

8 Associação Quilombola de Conceição das Crioulas (AQCC).

9 Crioulas Vídeo.

As produções são debatidas na comunidade, distribuídas e vendidas fora dela para contribuir com outras produções. Ao mesmo tempo, projetos são elaborados para que possam continuar exercitando seu direito de se comunicar.

Além das produções, esse grupo passou a realizar oficinas de vídeo em outras comunidades, como produzir um jornal local com as temáticas da comunidade, contribuindo para o debate sobre democratização da comunicação.<sup>10</sup>

A intensificação e amplificação dos debates sobre comunicação rompem as barreiras geográficas, trazendo novas possibilidades de atuação da juventude quilombola de Conceição das Crioulas.

Amplia-se a possibilidade de o grupo se comunicar mais rapidamente com um número maior de pessoas; de debater o que acontece no território; de dialogar sobre os acontecimentos de fora do território, mas que dizem respeito diretamente àquele povo e é bastante representativa no tema da Rádio Comunitária.

A partir de então, passam a construir projetos que viabilizem a implementação da rádio comunitária no território: funcionamento; requisitos legais; requisitos técnicos; requisitos materiais; temáticas, entre outros.

A primeira barreira enfrentada pela juventude, o alto custo do material de rádio difusão, foi superada pela sua obtenção por meio de um projeto que incluía formação técnica para operar o maquinário.<sup>11</sup>

Com a obtenção do material específico, passou-se à etapa de adaptação legal da Associação de Conceição das Crioulas, passando por modificação de seu Estatuto Social para apreciação pelo Ministério das Comunicações; esse, de trânsito lento, exigente e desmobilizador.

Cada modificação estatutária requer recursos financeiros, humanos e de tempo em um território relativamente grande, pobre, com dificuldades de transporte e com sérios conflitos pela Titulação do Território.

10 Jornal Crioulas.

11 Projeto com parceiros internacionais que contaram com a mediação do Centro de Cultura Luiz Freire.

O processo de obtenção da outorga não respeita direitos identitários dos requerentes, seja quilombola, indígena, ribeirinho, seja outro, forçando uma desconfiguração e descaracterização do sentido da rádio comunitária, e tratando todos os interessados na possibilidade de acessar esse mecanismo como empresas, mesmo que sejam associações.

A não-consideração das características plurais desses atores sociais no processo de obtenção da outorga da rádio comunitária, trazido pela legislação, dificulta sobremaneira a adaptação das instituições e organizações populares, pois, para que elas sejam inclusas, precisam abandonar sua forma de organização, mesmo que seja expressamente garantida em lei,<sup>12</sup> para se enquadrar em uma forma única.

Digo isso, porque a legislação vigente não respeita as diversas formas organizativas dos grupos sociais, nem todas contam com associações regularizadas, nem tampouco com nível de complexidade que despende recursos financeiros e materiais. A maioria das associações é formada por pessoas que não possuem recurso financeiro, são pequenas entidades organizativas que não podem, em curto prazo, arcar com tantas mudanças.

A Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, ratificada pelo Governo brasileiro, como norma infraconstitucional, que trata dos Povos Tradicionais, traz o respeito às formas organizativas desses Povos, sendo essas formas organizativas parte inerente da construção secular cultural dessas populações.

Levando em consideração o distanciamento do centro urbano, a especificidade étnica e cultural, a necessidade de organização se faz de forma mais latente em razão dos conflitos de terra que ocorrem na região, transformando a implementação de um importante mecanismo de comunicação em um instrumento de facilitação de mobilização e de fortalecimento da autonomia do povo de Conceição das Crioulas e de uma real ameaça ao pretenso poder dos fazendeiros, comerciantes, proprietários dos meios de comunicação locais.

O sentido da rádio comunitária que deveria trazer a perspectiva de inclusão, de integração, fortalecendo a emancipação, identidade e autonomia de dada comunidade ou localidade, passa a ser de controle de uns sobre os outros, dos que possuem contra

<sup>12</sup> Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho que trata das obrigações do Estado para com o respeito aos direitos dos Povos Indígenas e Populações Tradicionais.

os que não possuem. Nesse caminho, a possibilidade de comunicação democrática é subjugada com a criação de empecilhos legais e morais, e qualquer reação social a essas dificuldades é sempre punida e criminalizada pelo poder público e pela mídia de grande poder de circulação.

A legislação vigente dificulta novas concessões de radiodifusão, quase fazendo duvidar que elas são de natureza pública, questionando se, de fato, as instituições de comunicação são independentes e de quem elas são independentes. Além de dificultar a obtenção da outorga para funcionamento, a legislação conta com todo o aparato estatal na repressão criminalizante das rádios comunitárias país a fora.

É comprovado que em Conceição das Crioulas, desde o fim de 2005, a associação deu início ao processo de outorga da rádio comunitária e, até o início de 2010, ainda aguarda ansiosamente o encerramento desse processo, não podendo viabilizar o funcionamento da rádio comunitária; isso sem falar na deterioração do equipamento doado e, possivelmente, na impossibilidade de sua utilização dados os avanços do processo tecnológico de digitalização das rádios.

Outro forte exemplo se deu no processo de criação da rádio comunitária na Aldeia do Povo Xukuru, para a qual, tendo todos os requisitos administrativos preenchidos, não houve resposta da concessão da outorga; dessa forma, a população resolveu colocar a rádio no ar. Apesar da violação do direito à comunicação desse povo, a resposta apresentada pelo Estado foi de fechamento da rádio, apreensão de seu equipamento, mesmo que não houvesse previsão legal para tanto. Além disso, houve processo criminal e cível indenizatório contra os responsáveis pela associação que administrariam a rádio.

Algumas diferenças se apresentam no movimento e mobilização da luta pela obtenção de uma Concessão Pública para funcionamento de uma rádio comunitária, mas fica evidente: o que está em disputa é o poder de definir que democracia está sendo construída no país e principalmente quem pode participar legitimamente como sujeito político.

A luta se inicia com a busca pela outorga de funcionamento da rádio, mas perpassa pelas condições de sua sustentabilidade e profissionalização, formulação de diretrizes de políticas públicas que contemplem a realidade local em um contexto de embates jurídicos que resultam processos de criminalização dos movimentos sociais. Essa realidade é, sem dúvida, um fato presente nas comunidades.

Tratar do tema Rádio Comunitária é, sem dúvida, trazer à tona o debate da

democratização dos meios de comunicação neste país. É levantar a bandeira do Direito Humano à Comunicação, rediscutindo quem, de fato, detém os meios de comunicação do Brasil, que tipo de informação e entretenimento se quer, mas é, sobretudo, transparência no que diz respeito a critérios para concessão de outorga, construção de critérios para renovar a concessão; enfim, criar a possibilidade de incidir sobre a desconstrução dos latifúndios dos meios de comunicação.

## BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de Almeida. **Terras de preto, terras de santo, terras de índio: uso comum e conflito**. Belém: NAEA/UFPA, 1989.

ARRUTI, José Maurício Paiva Andion (Coord.). **Relatório técnico-científico sobre a comunidade remanescente de quilombos da Ilha da Marambaia, município de Mangaratiba (RJ)**. Rio de Janeiro: Projeto Egbé - Territórios Negro, 2003.

BASTOS, Alessandra. Rádios pequenas podem desaparecer se migração for cara, alerta coordenador de fórum. **Agência Brasil**, 19 ago. 2007.

BOLETIM INFORMATIVO MENSAL DO CENTRO DE IMPRENSA, ASSESSORIA E RÁDIO, ano 2, n. 15, fev. 2009.

CARONI FILHO, Gilson. Quem não quer democracia? **Debate Aberto**, 5 out. 2007. Disponível em: <[http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna\\_id=3806](http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=3806)>. Acesso em: 26 fev. 2010.

CESE. **Racismo no Brasil: por que um programa com quilombos?**. Salvador, BA: Cese, 2003.

COMISSÃO discute coronelismo em rádios comunitárias. **Agência Câmara**, 3 set. 2007. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/internet/agencia/imprimir.asp?pk=109138>>. Acesso em: 25 fev. 2010.

ENCONTRO NACIONAL DE LIDERANÇAS DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS TITULADAS, 1., 2002, Brasília. Brasília: Ministério da Cultura; Fundação Cultural Palmares, 2002.

JUSTIÇA Federal considera que operar rádio comunitária não é crime. **Agência**

**Brasil**, 13 jul. 2007. Disponível em: <<http://ultimainstancia.uol.com.br/noticia/39850.shtml>>. Acesso em: 19 fev. 2010.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Conferência Geral, 76., junho de 1989, Genebra. **Convenção n.º 169**: sobre povos indígenas e tribais. Adotada em Genebra em 27 de junho de 1989. Entrada em vigor no Brasil em 25 de julho de 2003. Disponível em: <[http://planalto.gov.br/consea/Static/documentos/Eventos/IIIConferencia/conv\\_169.pdf](http://planalto.gov.br/consea/Static/documentos/Eventos/IIIConferencia/conv_169.pdf)>. Acesso em: 16 mar. 2010.

RÁDIO digital: postura do ministro das Comunicações na implantação do rádio digital é criticada. **Boletim Fenaj**, n. 144, 20 ago. 2007. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=447IPB007>>. Acesso em: 19 fev. 2010.

SANCHES, Pedro Alexandre. Ao menos metade das rádios comunitárias autorizadas no País está sob controle de grupos com vínculos partidários. **Revista Carta Capital**, 12 ago. 2007. SOUZA, Vânia Fialho. **Conceição das Crioulas**. [s. n.], 1998.

TERRITÓRIOS negros-Egbé: relatórios territórios negros. Rio de Janeiro: Koinonia, 2002.



# O DIREITO HUMANO À COMUNICAÇÃO E AS RÁDIOS COMUNITÁRIAS

Ivan Moraes Filho<sup>13</sup>

Quantos povos indígenas brasileiros você conhece? Quantas comunidades quilombolas? Quantos sotaques do Nordeste você pode identificar? Será que o que você costuma chamar de “O Brasil” é mesmo o verdadeiro Brasil? Como elaborar e executar políticas de Estado para parcelas invisíveis da população?

Se for certo afirmar que a população brasileira assiste à cerca de quatro horas diárias de televisão, vamos ligar esse aparelho e tentar saber o que é que se passa no país. Ora, mas na telinha somos quase todos brancos, tão parecidos! Temos o mesmo sotaque, salvo quando queremos fazer piada.

Se for certo afirmar que a capacidade de se comunicar é parte de nossa condição de pessoa humana, é preciso que esse direito (o de se expressar e ser compreendido) seja devidamente reivindicado. Se compreendemos os direitos humanos como universais, inseparáveis e interdependentes, não é possível que nenhum seja efetivado sem o outro. Não existe saúde sem educação, trabalho sem moradia, saneamento sem cultura, segurança sem comunicação.

Até aí, tudo bem; e onde entra esse tal direito humano à comunicação? Se do direito à saúde fazem parte o acesso a unidades hospitalares, a disponibilidade de medicamentos e uma política de saúde preventiva, o que compõe o direito humano à comunicação?

<sup>13</sup> Jornalista, escritor, integrante do Centro de Cultura Luiz Freire, do Fórum Pernambucano de Comunicação e conselheiro do Movimento Nacional de Direitos Humanos.

Direito social e político, a comunicação é garantida quando temos a liberdade (e os meios) para sermos emissores das próprias mensagens e quando não somos privados de sermos receptores de toda e qualquer mensagem que nos interesse e que tenha sido enviada por quaisquer emissores, livre de obstáculos ou de censura externa (governamental ou empresarial). Complicou?

É simples. Toda pessoa humana tem o direito de dizer o que quiser pelos meios que achar conveniente, além da liberdade de receber informações vindas de fontes diversas, livres de filtro, preconceitos ou distorções.

Não é nem de hoje que se fala sobre o direito humano à comunicação. No ano de sua fundação (1945), textos oficiais da Organização das Nações Unidas já falavam sobre a importância que tem a comunicação para o desenvolvimento da humanidade como um direito humano fundamental:

Liberdade de informação é um direito humano fundamental por ser a pedra de toque de todas as liberdades às quais as Nações Unidas estão consagradas; liberdade de informação implica o direito de recolher, transmitir e publicar notícias em qualquer lugar e em todo lugar sem letras, como tal, é um fator essencial em todo esforço sério para promover a paz e o progresso do mundo. (NAÇÕES UNIDAS, 1946, tradução livre).<sup>14</sup>

Mais tarde, em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos é clara em seu artigo XIX: “Toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.” (NAÇÕES UNIDAS, 1948).

Três décadas atrás, o jornalista francês Jean d’Arcy trouxe a discussão à tona:

Esse direito [à comunicação] fundamental esteve implícito e subjacente desde as origens em todas as liberdades conquistadas, como a de opinião, de expressão, de imprensa e de informação. [...] esse direito abrange todas as liberdades, mas além disso,

<sup>14</sup> No original: “Freedom of information is a fundamental human right and is this touchstone of all the freedoms to which the United Nations is consecrated; Freedom of information implies the right to gather transmit and publish news anywhere and everywhere without letters, As such it is an essencial factor in any serious effort to promote the peace and progress of the world.”

contribui tanto para os indivíduos como para as sociedades, [...] para o desenvolvimento harmonioso da humanidade. (D'ARCY, 1998, p. 30, tradução livre).<sup>15</sup>

Há quem acredite que, com o fim dos regimes ditatoriais no Brasil, o rumo natural da história é que esta “liberdade de expressão” seja cada vez mais contemplada. Ocorre, porém, que os problemas gerados por governos totalitários não são os únicos adversários do Direito Humano à Comunicação.

Os países que compõem a Organização dos Estados Americanos reconheceram a necessidade de estabelecer mecanismos de proteção à liberdade de expressão em 1997, o que levou a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) a estabelecer a Relatoria Especial para Liberdade de Expressão. Na Declaração de Princípios sobre Liberdade de Expressão, a relatoria diz que garantir o acesso à informação é obrigação do Estado e esclarece que monopólios e oligopólios “conspiram contra a democracia por restringir a pluralidade e diversidade” (OEA, 2000, Princípio 12).

Quando paramos para analisar o quadro vigente em nosso país, deparamo-nos com o contrário. Dia após dia, vemos a concentração dos meios de comunicação em massa nas mãos de poucos grupos econômicos e políticos. Oito grupos empresariais controlam a comunicação no Brasil: Globo, SBT, Record, Bandeirantes, RBS, Abril, Jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo. Mesmo inconstitucionais, os oligopólios se sustentam por meio de leis ultrapassadas, que são aplicadas de forma não transparente.

A interpretação de algumas empresas do conceito de “liberdade de imprensa” leva as empresas que controlam os meios de comunicação a agir como se não fossem concessões públicas (no caso de rádios e tevês). Muitas vezes, além de alijar boa parte da população de sua liberdade de expressão, violam os demais direitos.

Mais que o direito de jornalistas exercerem livremente sua profissão, tendo acesso às informações de interesse público e a prerrogativa de difundi-las, a “liberdade de imprensa”, hoje em dia, parece-se mais com uma “liberdade (desregulada) de empresa”.

<sup>15</sup> No original: “Este derecho fundamental estuvo implícito y subyacente desde los orígenes en todas las libertades conquistadas, tales como la de opinión, de expresión, de prensa y de información. [...] este derecho abarca todas las libertades, pero que además, aporta tanto para los individuos como para las sociedades, [...] para el desarrollo armonioso del hombre y de la humanidad.”

## QUEM MANDA É O MERCADO

Teledramaturgia que incentiva a sexualidade precoce, programas policiaiscos que exploram a violência, “shownalismo” que se vale de sexismo, homofobia e racismo para garantir a “audiência”. Falta pluralidade e diversidade.

Para uma criança que nasceu no sertão nordestino, é fácil saber que Ronaldinho casou-se e descasou-se em um castelo. Difícil mesmo é conhecer a previsão do tempo para seu município, para que saiba se vai ou não chover. É mais fácil saber que haverá um espetáculo de dança no Canecão, no Rio de Janeiro, do que saber se vai ter forró no clube social do seu bairro.

Por mais que não sejamos impedidos de nos comunicar interpessoalmente, por mais que não se costurem bocas e se atem braços, é fato que uma parte significativa da sociedade está impedida de participar dos meios de comunicação que se legitimam como espaços públicos de diálogo. À margem de todo o processo, não podem disputar a garantia de seus demais direitos.

A grande maioria dos meios de comunicação em massa no Brasil pertence a uma pequena elite masculina e branca do centro-sul do país . Como cabem numa sala de conferência, esses “donos da mídia” acabam ditando os assuntos que serão pauta em toda a Nação. De suas mesas, acabam decidindo aquilo que vai ser conversado na sua mesa de jantar. Submetidos apenas às leis do mercado, esses veículos encontram-se engessados por fórmulas de forma e conteúdo. Deixam de contemplar a diversidade da cultura brasileira e acabam validando velhos estigmas. Não porque os profissionais que atuam nesses meios sejam necessariamente elitistas e preconceituosos, mas porque atuam numa indústria em que a informação é tratada como simples mercadoria. Qualquer ousadia que possa custar preciosos pontos do Ibope é descartada sem pestanejar.

Como ocorre em todos os demais direitos humanos, compete ao Estado a efetivação do direito à comunicação. Antes de tudo, é imprescindível que os governos (em todos os seus níveis) destinem verbas para esse fim. Não apenas para divulgar suas ações na mídia, registre-se, mas para ampliar o acesso da população às novas tecnologias de informação e comunicação (como a internet), estimular a sociedade a produzir instrumentos de comunicação e fomentar a ação das mídias populares e comunitárias. Afinal, serão esses veículos os responsáveis pela consolidação do tão esquecido sistema público de comunicação previsto na Constituição Cidadã de 1988.

## A DURA REALIDADE DAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS

Enquanto concessões públicas de rádio e TV são distribuídas sem a devida transparência, meios populares, comunitários e educativos, sem a devida liberação oficial e sem verbas garantidas pelo Estado, ficam à margem do processo. Ao invés de fomentados, são reprimidos pelas agências governamentais que poderiam (deveriam) promovê-los.

A própria lei que regulamenta a existência das Radcom, n.º 9.612/98 (BRASIL, 1998) dá conta de tolher esses meios. Limita o alcance, a potência e os recursos financeiros. Estabelece relações desiguais com veículos de comunicação comerciais. Proíbe a formação de redes e, como se não bastasse, define apenas um canal, quase na extremidade do dial, aos meios comunitários.

Há quem afirme a existência de mais de 20 mil rádios comunitárias em todo o território brasileiro. A grande maioria delas está em situação irregular, muitas vezes à mercê da “boa vontade” dos fiscais da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Nos últimos cinco anos, quase 7 mil rádios comunitárias foram fechadas, enquanto menos de 4 mil foram autorizadas desde que foi criada a Lei n.º 9.612.

Muitos dos veículos impedidos de funcionar já tinham pedido de outorga em andamento no Ministério das Comunicações; mas isso não impede que hoje mais de 3 mil comunicadores populares estejam respondendo a processos pelo “crime” de procurar comunicar-se por uma rádio de baixa potência.<sup>16</sup>

Vale lembrar que essa perseguição vai de encontro à Convenção Americana de Direitos Humanos, que deu origem ao Pacto de São José na Costa Rica. Esse documento foi ratificado pelo Brasil em 1992 e dedica o capítulo 13 à liberdade de pensamento e de expressão. Consta do texto:

Não se pode restringir o direito de expressão por vias e meios indiretos, tais como o abuso de controles oficiais ou particulares de papel de imprensa, de frequências radioelétricas ou de equipamentos e aparelhos usados na difusão de

<sup>16</sup> Os números foram divulgados no vídeo *Levante sua voz* (2009), dirigido por Pedro Ekman, integrante do Intervenoz Coletivo Brasil de Comunicação Social.

informação, nem por quaisquer outros meios destinados a obstar a comunicação e a circulação de idéias e opiniões. (CONVENÇÃO, 1969, cap. 13).

Enquanto as políticas públicas para garantir o direito humano à comunicação praticamente inexistem, os rumos da comunicação estão entregues à “lógica do mercado”, em que os objetivos não são necessariamente fazer valer os direitos de todos os brasileiros. Hoje, os poucos que têm voz falam o que querem para os muitos que não têm. Restrita aos especialistas, a discussão sobre essas políticas tem dificuldade para ganhar as ruas.

O círculo vicioso assusta. O debate acerca do direito à comunicação não interessa às grandes empresas e não tem espaço nos meios de comunicação de massa. Rádios comunitárias e demais veículos de comunicação populares e comunitários são importantes até para que se discuta a importância das rádios comunitárias e de demais veículos.

É fundamental que esse debate não mais se restrinja aos comunicadores e passe a ser pauta de todos os movimentos sociais. Direito fundamental para a radicalização da democracia, a comunicação precisa ser discutida como tal.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n.º 9.612, de 19 de fevereiro de 1998. Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo. Brasília, DF, 20 fev. 1998.

CONVENÇÃO AMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (1969). **Pacto de San José da Costa Rica**. Adotada e aberta à assinatura na Conferência Especializada Interamericana sobre Direitos Humanos, em San José de Costa Rica, em 22 de novembro de 1969. Ratificada pelo Brasil em 25 de setembro de 1992. Disponível em: <<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/sanjose.htm>>. Acesso em: 26 jan. 2010.

D'ARCY, Jean. Iniciativas ciudadanas por el derecho a la comunicación. In: **Chasqui: Revista Latinoamericana de Comunicación**, Quito: Ciespal, n. 64, dic. 1998.

LEVANTE sua voz. Roteiro, direção e edição Pedro Ekman. Produção Danieli Ricieri. Produção de fotografia e câmera Thomas Miguez. Voz de José Rubens Chachá. Recife: Intervozes Coletivo Brasil de Comunicação Social, 2009. 1 vídeo 2 partes (17 min.), son., color. Disponível em: <<http://vimeo.com/7459748>>. Acesso em: 19 fev. 2010.

NAÇÕES UNIDAS. Assembleia Geral. **Resolução n.º 59 (I)**, de 14 de dezembro de 1946. Disponível em: <<http://www.article19.org/work/regions/latin-america/FOI/pdf/UN1946Resolution.pdf>>. Acesso em: 27 jan. 2010.

\_\_\_\_\_. Assembleia Geral, 3., 1948, Nova Iorque. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Legislação internacional adotada e proclamada pela Resolução n.º 217 A da 3.ª Sessão Ordinária da Assembléia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948. Disponível em: <[http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis\\_intern/ddh\\_bib\\_inter\\_universal.htm](http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm)>. Acesso em: 11 fev. 2010.

OEA. CIDH. Relatoria Especial para Liberdade de Expressão. **Declaração de princípios sobre liberdade de expressão**. Aprovada pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos em sua 108.ª Sessão Ordinária, celebrada de 16 a 27 de outubro de 2000.

# A COMUNICAÇÃO ALÉM DAS TECNOLOGIAS

Aline Lucena<sup>17</sup>

**Resumo:** Reflete-se sobre o processo comunicacional e a dialética entre sua dimensão humanista e instrumental/técnica. Como base teórica, utilizam-se, sobretudo, o paradigma de Paulo Freire por uma pedagogia dialógica da comunicação; a Teoria do Rádio de Bertold Brecht e a Teoria Marxista da Comunicação de Enzensberger. Objetiva-se questionar o modelo de comunicação construído com foco nas tecnologias dos meios, e não na dimensão humanista do processo.

**Palavras-chave:** Comunicação. Dimensão humanista. Participação. Tecnologias.

*A liberdade política não pode se resumir no direito de exercer a própria vontade. Ela reside igualmente no direito de dominar o processo de formação dessa vontade. (MATTELART; MATTELART, 2005, p.191)*

## A COMUNICAÇÃO

A palavra comunicação pode levar a caminhos infinitos de significados. Ela alcança uma multiplicidade de sentidos. As tentativas de defini-la ocuparam diferentes dimensões no mundo do saber; há quem arrisque dizer que tudo é comunicação. Neste estudo, o interesse está, precisamente, nas contribuições teóricas que vêm refletindo sobre a comunicação entre as pessoas e seus meios, na sua dimensão interpessoal e

<sup>17</sup> Professora do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).



coletiva. Comunicação esta que, com o uso da palavra, estruturadora da linguagem, por sua vez, concretizadora do discurso, funcionou como um fio condutor para a afirmação da humanidade como um grupo de animais que sente, pensa, intercambia subjetividades, age e reage na relação com o outro e com a natureza, formando uma teia de pensamentos e acontecimentos construída entre consensos e conflitos. Seu desenvolvimento, da oralidade à instrumentalização técnica, confunde-se com a luta da humanidade para sobreviver, dominar a natureza, construir conhecimentos e por expandir-se. Portanto, a comunicação está intrinsecamente ligada às relações de poder estabelecidas, gerando não poucas vezes a incomunicação.

Sem desconsiderar as objeções ao determinismo histórico de evolução da comunicação e de sua instrumentalização, é preciso reconhecer também que, de forma linear em alguns aspectos e descontínua em outros, as condições à comunicação contribuíram com a afirmação da existência humana, fazendo parte da sua vida material e imaterial. Talvez, inclusive, não seja pretensão afirmar que o ser humano, da forma que se reconhece hoje, não existiria sem a comunicação. Das microrrelações, no viver cotidiano da esfera privada, às macrorrelações, no viver social, cultural, político e econômico, da esfera pública, o processo da comunicação atuou e, sobretudo nos dias atuais, atua como uma das bases estruturadoras das sociedades. “[...] a consciência da necessidade de estabelecer relações com os indivíduos que o cercam é o início, para o homem, da tomada de consciência de que vive em sociedade.” (MARX; ENGELS, 2005, p. 57). Daí ser simplória a tentativa de pensar e transformar as sociedades sem considerar a forma como se comunicam internamente e entre si.

A linguagem é tão antiga quanto a consciência – a linguagem é a consciência real, prática, que existe também para os outros homens e que, assim existe igualmente para mim; e a linguagem surge como a consciência da incompletude, da necessidade dos intercâmbios com outros homens. Onde existe uma relação, ela existe por mim. O animal não se ‘relaciona’ com coisa alguma; simplesmente não se relaciona. [...] A consciência, conseqüentemente, desde o início é um produto social, e o continuará sendo enquanto existirem homens. (MARX; ENGELS, 2005, p. 56, grifo nosso).

Portanto, está aí posta a condição mais básica para a comunicação, a abertura ao outro, que encontrou ressonância nos ideais modernos, mas não sem contradições e disputas. O reconhecimento da relevância dos modelos de comunicação e os diferentes tipos de interesse nos elementos que os compõem ocorreram na arrancada das sociedades

feudais para as pré-capitalistas, alcançando sua consolidação ao nascer do projeto de modernidade que fundiu seus alicerces no desenvolvimento unívoco de um paradigma epistemológico, de transformação social, de poder e de política. Com o argumento da troca, do intercâmbio, da interação e compreensão entre as culturas, como de igual maneira com o objetivo de dominação e expansão das fronteiras territoriais, comerciais e científicas, houve o investimento maciço na instrumentalização técnica que, por sua vez, impulsionou a alavanca da economia industrializada.

Na análise de Marx e Engels, sobre o desenvolvimento da divisão do trabalho no processo de formação das sociedades modernas capitalistas, destaca-se a importância dos meios de comunicação.

O passo seguinte no desenvolvimento da divisão do trabalho foi a separação da produção e o comércio, a constituição de uma classe especial de comerciantes, uma separação que já era comum nas cidades antigas (com os judeus, entre outros) e que logo surgiu nas cidades de formação recente. Com isso estava dada a possibilidade de uma ligação comercial que ultrapassava os círculos mais próximos, uma possibilidade cuja realização dependia dos meios de comunicação existentes (transporte, estradas, ferrovias, imprensa), do estado da segurança pública no País, condicionado pela situação política. (MARX; ENGELS. 2005, p. 86).

Dominar o tempo e o espaço passou a ser o maior desafio para o projeto moderno de conhecimento, sociabilidade, poder e política. Construir um modelo de comunicação que potencializasse esse escopo, na disputa por hegemonia, foi condição premente. Daí o nascimento do paradigma moderno de comunicação vir acompanhado do seu grande paradoxo: “A comunicação que deveria em princípio aproximar os homens serve na realidade para revelar tudo que os afasta.” (WOLTON, 2004, p. 37). Como também para criar resistências, muitas vezes violentas, ao “silenciamento” do controverso. O ideal de encontro com o outro – individual ou coletivo –, por meio da interação, confronta-se com o projeto de expansão e dominação. Por sua vez, a negação seletiva da palavra é fonte da luta por uma comunicação livre e diversa.

Negar a palavra foi e continua sendo a forma mais comum e contundente de se negar, também, a comunicação. A palavra é, até hoje, o principal signo criado pelo ser humano para socializar-se, para edificar culturas, promover desenvolvimento econômico, político e, sobretudo, construir e legitimar ideologias. O uso da palavra, por vezes, é mais

importante que o saber, pois o conhecimento silenciado está fadado à morte. Como instrumento máximo da linguagem e tendo a possibilidade de trafegar por todos os campos do conhecimento humano, a palavra logo foi identificada como uma relevante aliada nas correlações e disputas de poder, seja para mantê-lo, criticá-lo, seja mesmo para destituí-lo.

Buscar entender o significado da palavra na vida social passou a ser uma forma de conhecer as sociedades, suas culturas, ideologias e o próprio poder. Como um signo construído socialmente, a palavra é um dos grandes pilares da saga humana em busca de conhecer as verdades da existência, do mundo, e das relações entre os indivíduos e o mundo. Quando Bakhtin (2004, p. 41) diz:

Tanto é verdade, que a palavra penetra literalmente em todas as relações entre indivíduos, nas relações de colaboração, nas de base ideológica, nos encontros fortuitos da vida cotidiana, nas relações de caráter político, etc. As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios. É portanto claro, que a palavra será sempre o indicador mais sensível de todas as transformações sociais, mesmo daquelas que apenas despontam, que ainda não tomaram forma, que ainda não abriram caminho para sistemas ideológicos estruturados e bem formados.

Ele não só aponta a relevância da palavra como construtora das relações sociais, como deixa claro que a palavra é também fruto dessas relações, já que “são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos”. As relações sociais são justamente a forma como ocorre – se por meio da práxis, só da ação ou somente da reflexão, se por meio do diálogo ou do monólogo<sup>18</sup>, se por contato ou comunicação – um dos fatores que determinam as diferentes, desiguais e contraditórias realidades e caminhos tomados pela humanidade. O caminho da palavra enquanto práxis, que se faz diálogo e permite a interação dos indivíduos e coletiva, o respeito à alteridade dos que falam/escutam e dos que escutam/falam, é o que chega à comunicação. Para Bakhtin (2005, p. 257), “uma só voz nada termina e nada resolve. Duas vozes são o mínimo de vida, o mínimo de existência”. Destaca ainda:

<sup>18</sup> Monólogo aqui funciona como uma ação antidialógica, baseada na conquista, opressão, manipulação e desrespeito à alteridade. É ausência da dialética nas relações sociais.

Dominar o homem interior, ver e entendê-lo é impossível fazendo dele objeto de análise neutra indiferente, assim como não se pode dominá-lo fundindo-se com ele, penetrando em seu íntimo. Podemos focalizá-lo e podemos revelá-lo – somente através da comunicação com ele, por via dialógica. Representar o homem interior [...] é possível representando a comunicação dele com um outro. Somente na comunicação, na interação do homem com o homem revela-se o ‘homem no homem’ para outros ou para si mesmo. (BAKHTIN, 2005, p. 256).

Para o educador Paulo Freire, a verdadeira educação só é possível com uma verdadeira comunicação. Ele desenvolveu uma teoria da comunicação com base na práxis e no diálogo e explica que “somente o diálogo, que implica um pensar crítico, é capaz, também, de gerá-lo. Sem ele, não há comunicação e sem esta não há verdadeira educação” (FREIRE, 1987, p. 83). Para Freire, a palavra é práxis, mas quando sacrifica a ação, ela fica oca, quando sacrifica a reflexão, ela se converte em puro ativismo. A práxis possibilita o diálogo, base da comunicação.

Mas, se dizer a palavra verdadeira, que é trabalho, que é práxis, é transformar o mundo, dizer a palavra não é privilégio de alguns homens, mas direito de todos os homens. Precisamente por isto, ninguém pode dizer a palavra verdadeira sozinho, ou dizê-la *para* os outros, num ato de prescrição, com o qual rouba a palavra aos demais. (FREIRE, 1987, p.78, grifo do autor).

Quando Paulo Freire (2002, p. 69) afirma que “a educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é a transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados”, está, também, conceituando o ato de comunicar. Toda sua obra tem como base a comunicação dialógica. Quando fala de uma educação para libertar o ser humano de qualquer situação de opressão – social, política, econômica, cultural e ideológica –, está falando da comunicação como um processo entre sujeitos ativos, históricos, referendados na sua alteridade. Da mesma forma que Freire coloca a educação verdadeira como condição premente de humanização de homens e mulheres, na busca da transformação do mundo, destaca também como condicionante uma comunicação verdadeira.

[...] a propósito do aspecto humanista em que deve estar inspirado o trabalho de comunicação [...] Aspecto humanista de caráter concreto, rigorosamente científico, e não abstrato. Humanismo que não se nutra de visões de um homem ideal, fora do mundo; de um perfil de homem fabricado pela imaginação,

por melhor intencionado que seja quem o imagine. Humanismo que não leve à procura de concretização de um modelo intemporal, uma espécie de ideia ou de mito, ao qual o homem concreto se aliene. Humanismo que, não tendo uma visão crítica do homem concreto, pretende um *será* para ele; ele que, tragicamente, *está sendo* uma forma de quase *não ser*. Pelo contrário, o humanismo que se impõem ao trabalho de comunicação entre [ ] sujeitos, se baseia na ciência, e não na 'doxa', e não no 'eu gostaria que fosse' ou em gestos puramente humanitários. Neste humanismo científico (que nem por isso deixa de ser amoroso) deve estar apoiada a ação comunicativa do agrônomo-educador. (FREIRE, 2002, p. 73-74).

Comunicar não é um processo em que um sujeito reificado recebe indolente e passivamente os conteúdos que outro sujeito, que é ativo, superior, detentor de verdade e do conhecimento, dá-lhe ou lhe impõe. Comunicação é interação cultural, é diálogo, enquanto a extensão é monólogo, invasão cultural. O discurso extensionista é opressor, enquanto o da comunicação dialógica, é libertador. Análogo à educação bancária, extensionista, o projeto hegemônico de comunicação da modernidade apresenta uma tendência ao exercício de depositar, de transferir, de transmitir valores e conhecimentos.

O emissor é o que comunica<sup>19</sup>; os receptores, os que recebem o comunicado; o emissor é o que sabe; os receptores, os que não sabem; o emissor é o que pensa; os receptores, os pensados; o emissor é o que diz a palavra; os receptores, os que a escutam docilmente; o emissor é o que disciplina; os receptores, os disciplinados; o emissor é o que opta e prescreve sua opção; os receptores, os que seguem a prescrição; o emissor é o que atua; os receptores, os que têm a ilusão de que atuam; na atuação do emissor; o emissor escolhe o conteúdo programático; os receptores, jamais ouvidos nessa escolha, acomodam-se a ele; o emissor identifica a autoridade do saber com sua autoridade funcional, que opõe antagonicamente à liberdade dos receptores; estes devem adaptar-se às determinações daqueles; o emissor, finalmente, é o sujeito do processo; os receptores, meros objetos (FREIRE, 1987, p. 59).

19 No texto original, no lugar das palavras emissor e receptores, estão educador e educandos respectivamente.

O conceito de comunicação para Paulo Freire é radical, pois a radicalização é:

[...] sempre criadora pela criticidade que a alimenta [...], por isso libertadora. [...] porque, implicando o enraizamento que os homens fazem na opção que fizeram os engaja cada vez mais no esforço de transformação da realidade concreta, objetiva. A verdadeira comunicação não admite uma só voz, um só sujeito, a transmissão, a transferência, a distribuição, um discurso único, mas sim a possibilidade de muitas vozes, alteridade cultural, independência e autonomia dos sujeitos, inúmeros discursos, enfim, estruturas radicalmente democráticas, participativas, dialógicas. (FREIRE, 1987, p. 25).

Ao construir esse paradigma da comunicação, Freire vislumbra também outro modelo de vida social, de relações entre os indivíduos e as sociedades. É compreendendo o ato de comunicar-se como um processo de diálogo entre dois sujeitos, e não um monólogo, um contato entre um sujeito ativo e outro “coisificado”. É entendendo que a palavra estruturadora maior do diálogo – por sua vez alma da comunicação – não pode ser proibida, silenciada, senão proferida por todos os seres humanos. A negação da comunicação é uma experiência de aprisionamento. O ser isolado morre, atrofia-se, deixa de existir socialmente. Então, uma das condições para se alcançar as várias liberdades seria o exercício da comunicação dialógica.

Nessa perspectiva, a originalidade do modelo ocidental, por meio de suas raízes judaico-cristãs e do surgimento dos valores modernos do indivíduo livre, está no fato de ele ter claramente atribuído importância ao ideal de emancipação individual e coletiva. Comunicar supõe, de um lado, aderir aos valores fundamentais da liberdade e da igualdade dos indivíduos e, do outro, a busca de uma ordem política democrática. Esses dois significados têm por consequência a valorização do conceito de comunicação em sua dimensão mais normativa, aquela que evoca o ideal de trocas, de compreensão e de partilhas mútuas. (WOLTON. 2004, p. 30).

Por outro lado, emerge a dimensão funcional que supervaloriza as liberdades individuais em detrimento do diálogo, apoiando-se na lógica tecnoinstrumental de rentabilidade econômica e nas disputas de poder e políticas.

Além da limitação técnica dos veículos

As fissuras narrativas surgiram, a exemplo de Bertold Brecht, quando desenvolveu sua teoria do rádio entre 1927 e 1932. Apesar do interesse pelo novo aparato tecnológico, observou que a grande questão da radiodifusão não era o veículo em si, podendo levar

informação e entretenimento aos lares da época, mas sim pensar a fundo sobre o objetivo de sua criação e aplicabilidade. Seria o rádio um aparelho de distribuição ou de comunicação? Para Brecht, um aparelho que se esgota ao transmitir informações não podia ser considerado um meio de comunicação, pois esta prescinde de algo além do acesso. “O público não apenas tem que ser instruído, mas também tem que instruir. [...] E eu preferiria não vender nada a vocês, mas apenas fazer-lhes a proposta de fazer da radiodifusão, em particular, um aparato de comunicação da vida pública.” (BRECHT, 2005, p. 43-45).

A preocupação aqui está menos no instrumento técnico e mais no processo, desencadeando a forma de sua utilização, se para distribuição ou comunicação. Ao movimento da comunicação, é imprescindível a participação de dois sujeitos ativos, construindo e difundindo juntos os conteúdos que se fizerem desejados e necessários.

Brecht complementa:

O rádio seria o mais fabuloso meio de comunicação imaginável na vida pública, um fantástico sistema de canalização. Isto é, seria se não somente fosse capaz de emitir, como também de receber; portanto, se conseguisse não apenas se fazer escutar pelo ouvinte, mas também pôr-se em comunicação com ele. A radiodifusão deveria, conseqüentemente, afastar-se dos que a abastecem e construir os radiouvintes como abastecedores. Portanto, todos os esforços da radiodifusão em realmente conferir, aos assuntos públicos, o caráter de coisa pública são totalmente positivos. (BRECHT, 2005, p. 42).

O dramaturgo alemão já levantava uma das principais premissas das discussões que, no final do último milênio, e início deste, colocam em pauta um discurso sobre a comunicação e a informação ultrapassando o universo do mero instrumentalismo técnico, funcionalismo, difusionismo, da livre circulação da informação, dos estudos de recepção ou mesmo do eixo desenvolvimentista. A comunicação deve ser pensada como uma questão de participação, mais além do acesso. O direito humano à comunicação, que já garante o direito às liberdades individuais de expressão e acesso à informação, avança para o direito à participação no processo de produção e difusão dos bens simbólicos, sobretudo na radiodifusão (hoje serviço público de rádio e televisão).

No entanto, o modelo oligopolista da industrialização do processo comunicacional afirma-se como estrutura vertical e fechada. Em si mesma antidialógica, bancária e

extensionista, obstaculiza a comunicação horizontal, bidirecional, circular, dialógica. Um dos principais argumentos era o fato de a história social dos meios de comunicação demonstrar que o impedimento para a efetivação da comunicação nunca foi técnico, mas político-ideológico, socioeconômico e cultural. A tecnologia e seu avanço, por si só, não determina a participação de todos na comunicação.

A evolução de um simples meio de distribuição para um meio de comunicação não é um mero problema técnico. Ela é evitada conscientemente, por boas ou más razões políticas. A diferenciação técnica entre emissor e receptor reflete-se na divisão de trabalho entre produtores e consumidores da sociedade; esse mecanismo adquire intenso contorno político na indústria da consciência. Em última análise, essa evolução reside na contradição básica entre classes dominantes e dominadas (de um lado, o capital monopolista ou a burocracia monopolista e, de outro, as massas dependentes). (ENZENSBERGER, 2003, p. 17).

Portanto, seria fundamental aprofundar o debate científico e político sobre a relação dos modelos de desenvolvimento da comunicação empreendidos na modernidade e as possibilidades emancipatórias e/ou repressoras para a humanidade. Enzensberger acaba por unir na sua teoria, sobre os meios de comunicação e o que denomina também de indústria da consciência, a forma e o conteúdo como potenciais emancipatórios e repressores, dependendo dos interesses a que deveria servir. Sua análise não é, nem de perto, totalizadora. Ele defende o poder revolucionário dos meios de comunicação, mesmo inseridos em uma realidade de indústria, com vista apenas ao poder por meio do acúmulo de capital.

Enzensberger não deixa de reconhecer que as mídias eletrônicas alavancaram a indústria da consciência quando “tornou-se o marca-passo do desenvolvimento socioeconômico das sociedades industriais tardias” (ENZENSBERGER, 2003, p. 11). A invasão, por essa indústria, de todos os outros setores da produção, assumindo cada vez mais funções de comando e de controle, determinou o padrão da tecnologia dominante. Esse padrão, chamado no fim dos anos 1970 de Indústrias Culturais, consolidou a informação, o conhecimento e os bens culturais como fontes de poder e principalmente de capital.

No entanto, o processo de aceleração das indústrias culturais, empreendido pelo capitalismo ainda monopolista, acabou por gerar as próprias contradições e, ao mesmo tempo, “ele deve retê-la”. Só que, dependendo das “condições produtivas de um determinado momento o problema é insolúvel; discrepâncias cada vez maiores são



geradas de forma acelerada e são explosivas em potencial [...]” (ENZENSBERGER, 2003, p. 12). Seriam essas fissuras, por meio do uso das mídias para repressão, que deveriam ser ocupadas por outro modelo de comunicação, o uso das mídias para emancipação.

#### Quadro 1 – Uso das mídias para repressão e emancipação

USO DAS MÍDIAS PARA REPRESSÃO	USO DAS MÍDIAS PARA EMANCIPAÇÃO
Programa de controle centralizado	Programas descentralizados
Uma emissora, vários receptores	Todo receptor: um emissor potencial
Imobilização de indivíduos isolados	Mobilização das massas
Abdicação passiva do consumo	Interação dos participantes, <i>feedback</i>
Processo de despolitização	Processo de aprendizagem política
Produção por agentes especializados	Produção coletiva
Gerenciamento por proprietários ou burocratas	Auto-organização

Fonte: ENZENSBERGER (2003, p. 67)

As rádios comunitárias têm um papel fundador no processo de luta por mídias emancipatórias, mas, como todo veículo de comunicação, elas também vivem a dialética entre a dimensão humanista e instrumental. Será que o problema das rádios comunitárias é somente um marco regulatório que imprime uma estruturação com limitações técnicas e de alcance restrito? Ou será apenas a burocratização para a exploração do serviço? Ou a grande questão é: as rádios comunitárias são meios de comunicação ou de distribuição de informações às comunidades?

A pauta em questão continua a ser a busca por respostas à pergunta central feita por Wolton: “Como salvar a dimensão *humanista* da comunicação, quando triunfa sua dimensão *instrumental*?” Ademais, como fomentar a criação de um paradigma para a comunicação com base numa unidade dialética entre essas duas dimensões? Wolton, em uma assertiva provocadora, diz: “A comunicação é também uma das frágeis aquisições do movimento de emancipação, uma vez que o seu progresso caminha junto com o combate pela liberdade, pelos Direitos Humanos e pela democracia.” (WOLTON, 2004, p. 27). A imaginação, como defende Arjun Appadurai (1996, p. 39), ainda pode ser a carta escondida na manga.

## REFERÊNCIAS

APPADURAI, Arjun. **Dimensões culturais da globalização**. Lisboa: Teorema, 1996.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2004.

\_\_\_\_\_. **Problemas da poética de Dostoievski**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

BRECHT, Bertold. Teoria do rádio. In: MEDITSCH, Eduardo (Org). **Teorias do rádio: textos e contextos**. Florianópolis, SC: Insular, 2005. v. 1

ENZENSBERGER, Hans Magnus. **Elementos para uma teoria dos meios de comunicação**. São Paulo: Conrad Ed. do Brasil, 2003.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 12. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: Feuerbach: a contraposição entre as cosmovisões materialista e idealista**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

MATTELART, Armand; MATTELART, Michele. **História das teorias da comunicação**. 8. ed. São Paulo, Loyola, 2005.

WOLTON, Dominique. **Pensar a comunicação**. Brasília, DF: Ed. da UnB, 2004.

## BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BRETON, Philip. **A utopia da comunicação**. Lisboa: Instituto Piaget. 1992.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

\_\_\_\_\_. **Conscientização: teoria e prática da libertação**. 3. ed. São Paulo: Centauro, 2005.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

\_\_\_\_\_.; GADOTTI, Moacir. **Pedagogia: diálogo e conflito**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GOMES, Raimunda Aline Lucena. **A comunicação como direito humano: um conceito em construção**. 2007. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

LIMA, Venício A. D. **Mídia, teoria e política**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

MARX, Karl. **A questão judaica e outros escritos**. Buenos Aires: CS Edições, 1999.

MATTELART, Armand. **A comunicação-mundo: histórias das ideias e das estratégias**. Lisboa: Instituto Piaget, 1991.

MELO, José Marques de. **Teoria da comunicação: paradigmas latino-americanos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

PERUZZO, Cecília M. K. Internet e democracia comunicacional: entre os entraves, utopias e o direito à comunicação. In: MELO, José Marques de; SATHLER, Luciano (Org.). **Direitos à comunicação na sociedade da informação**. São Bernardo do Campo, SP: Umesp, 2005.

## O CADERNO DE EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA Nº 4

### **Rádios Comunitárias: avanços ou negação do direito humano à comunicação?**

Esta publicação refere-se ao tema da Comunicação e suas implicações para a ação educativa para os direitos humanos, proposta pela intervenção Rede Solidária de Defesa Social nos territórios populares da cidade do Recife, locais onde incidem os maiores índices de violência sobre o segmento da população jovem.

Este estudo revela inúmeras descobertas. Além de apresentar a realidade das condições do funcionamento no cotidiano das rádios comunitárias, fica evidenciado o interesse manifesto pelos líderes comunitários, constituídos por grupos jovens e adultos, de estabelecer ações conjuntas entre essas agências de comunicação e o movimento popular que favoreçam o fortalecimento da luta pela prevenção à violência.

Entretanto o estudo sugere outros desdobramentos do tema da Comunicação Comunitária, contextualizada numa conjuntura marcada por profundos conflitos. Nesse sentido a educação política do povo, capaz de afirmar sua voz no cenário político brasileiro, reúne reflexões sobre comunicação comunitária como condição para conquista da plenitude da vida democrática no país.

